NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. ("Companhia" ou "GLAI") é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, em 12 de março de 2004. A Companhia tem por objeto o exercício do controle acionário da VRG Linhas Aéreas S.A. ("VRG") e, por intermédio de entidades controladas ou coligadas, explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo regular e não regular de âmbito nacional e internacional de passageiros, cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes; e (ii) atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros.

A GLAI é a controladora direta das subsidiárias integrais sediadas no exterior GAC Inc. ("GAC"), Gol Finance ("Finance") e indireta da SKY Finance II ("SKY II").

A GAC foi constituída em 23 de março de 2006 de acordo com as leis das Ilhas Cayman e sua atividade está relacionada com as aquisições de aeronaves para seu único acionista GLAI, que provê os recursos financeiros para suas atividades operacionais e liquidação de obrigações. A GAC é controladora das empresas SKY Finance e SKY II, constituídas em 28 de agosto de 2007 e 30 de novembro de 2009, respectivamente, ambas localizadas nas Ilhas Cayman, cuja atividade está relacionada com captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves. A SKY Finance foi encerrada em junho de 2010. O encerramento da SKY Finance ocorreu após a liquidação da totalidade dos recursos captados pela empresa, tendo em vista que a mesma foi criada com o objetivo específico desta captação.

A Finance foi constituída em 16 de março de 2006, de acordo com as leis das Ilhas Cayman, e sua atividade está relacionada com a captação de recursos para financiar a aquisição de aeronaves.

Em 9 de abril de 2007, a Companhia adquiriu a VRG, uma companhia aérea de baixo custo e baixa tarifa que opera vôos domésticos e internacionais com as marcas GOL e VARIG oferecendo serviços de transporte aéreo regular e não-regular entre os principais destinos no Brasil, América do Sul e no Caribe.

As ações da Companhia são negociadas na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange – NYSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

– IGC e de Ações com *Tag Along* Diferenciado – ITAG, criados para diferenciar as empresas que se comprometem a adotar práticas diferenciadas de governança corporativa.

2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 22 de fevereiro de 2011. A sede oficial da Companhia está localizada na Rua Tamoios, 246, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos exercícios das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no Real brasileiro como moeda funcional e de apresentação.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

a) Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. e de suas controladas diretas e indiretas estão relacionadas abaixo:

% de participaçã	íc
no capital socia	ı

	Localidade	Tipo de controle	2010	2009
VRG	Brasil	Direto	100%	100%
GAC Inc.	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
Gol Finance	Ilhas Cayman	Direto	100%	100%
SKY Finance	Ilhas Cayman	Indireto	-	100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

SKY Finance 2 Ilhas Cayman Indireto 100% 100%

Práticas contábeis uniformes foram aplicadas em todas as entidades consolidadas e de forma consistente com aquelas utilizadas nos exercícios anteriores. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os investimentos que a controlada VRG possui em suas sucursais no exterior (América do Sul, Europa e Estados Unidos) também são eliminados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em saldos em caixa classificados como empréstimos e recebíveis, e aplicações financeiras que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado. As aplicações financeiras possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

c) Caixa restrito

Consistem em aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

d) Ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados diretamente no resultado do exercício. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos, conforme descrito a seguir:

- i. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem os ativos financeiros mantidos para negociação (ou seja, adquirido principalmente para serem vendidos no curto prazo), ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa classificados nesta categoria.
- ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, e as variações são reconhecidas no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria.
- iii. Empréstimos e recebíveis: incluem os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo, os quais após o reconhecimento inicial são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. A Companhia possui principalmente saldos de depósitos bancários e contas a receber classificados nesta categoria.
- iv. Disponíveis para venda: incluem os ativos financeiros não derivativos que não se qualificam nas categorias acima, mensurados pelo seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os títulos disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com os ganhos e perdas reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido até que o investimento seja alienado e os ganhos e perdas acumulados anteriormente sejam reclassificados para o resultado. O saldo da rubrica "Aplicações Financeiras" é composto por ativos disponíveis para venda e correspondem a fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e certificados de depósitos no exterior (*time deposits*). Esses ativos apresentam vencimentos em prazo superior a 90 dias contados a partir da data da aplicação e seus montantes estão sujeitos a variações significativas. A Companhia não pratica investimentos com objetivos especulativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

- i. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros usualmente negociados antes do vencimento e passivos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado, exceto aqueles designados como instrumentos de *hedge*. A cada data de balanço são remensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Companhia classifica nesta categoria os derivativos não designados como instrumento de hedge efetivo.
- ii. Passivos financeiros não mensurados ao valor justo: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são remensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Nesta categoria a Companhia possui empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (que compreendem os arrendamentos financeiros) e as contas a pagar a fornecedores.

e) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas com base no custo, líquidas das provisões para os créditos de liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo dado a sua natureza de curto-prazo. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de recolher todos os montantes devidos de acordo com termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A provisão é constituída para todas as contas vencidas há mais de 90 dias para vendas parceladas pelo programa Voe Fácil, agências de viagem e cargas, e 180 dias para vendas de companhias aéreas parceiras.

f) Estoques

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

g) Arrendamento mercantil

De acordo com o CPC 06 e o IAS 17 "Arrendamento Mercantil", os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional. Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A diferença entre o valor presente e o valor total das contraprestações vincendas é apropriada ao resultado como despesa financeira. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo. As aeronaves sob a modalidade de arrendamento financeiro, que possuem opção de compra ao final do contrato, são depreciadas linearmente pela vida útil econômica estimada do bem até seu valor residual estimado de 20%, calculado com base em preços de mercado. Para as demais aeronaves, quando não existe uma razoável certeza de que a Companhia irá obter a propriedade do bem no fim do prazo contratual, a depreciação considera o menor prazo entre a vida útil-econômica remanescente estimada e o prazo do contrato de arrendamento.

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* classificados após a venda como arrendamento operacional, são reconhecidos da seguinte forma:

• Imediatamente no resultado quando for certo que a transação foi estabelecida a valor justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

- Se o preço de transação for estabelecido abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda será reconhecido imediatamente no resultado, exceto se a perda for compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado, quando os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o período que se espera que o ativo seja utilizado.
- Na hipótese do preço de venda ser superior ao valor justo do bem, o valor excedente ao valor justo é diferido e amortizado durante o período em que se espera que o ativo será utilizado. A amortização destes ganhos é registrada como uma redução das despesas com arrendamentos.

Em 2009 a Companhia efetuou transações de *sale-leaseback* abaixo do valor justo, sendo a perda compensada por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado. Em 2010 houve transações estabelecidas ao valor justo cujos ganhos e perdas foram reconhecidos diretamente ao resultado.

Se a transação de *sale-leaseback* resultar em arrendamento mercantil financeiro, qualquer excesso de receita de venda obtido acima do valor contábil deve ser diferido e amortizado durante o prazo do arrendamento mercantil. A Companhia não possui operações de *sale-leaseback* que resultaram em arrendamento mercantil financeiro.

h) Despesas antecipadas

Despesas antecipadas consistem principalmente de pré-pagamentos para arrendamentos de aeronaves e motores operacionais, pagamentos de prêmios de contratos de opções designados como *hedge*, comissões de vendas a apropriar, perdas diferidas de transações de *sale-leaseback* de aeronaves e pagamentos antecipados de seguros.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O saldo de investimento inclui o montante avaliado pelo método de equivalência patrimonial, o saldo de mais valia de ativos e o ágio, que nas demonstrações financeiras consolidadas está divulgado como ativo intangível.

j) <u>Imobilizado</u>

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção que incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. Aeronaves e motores adquiridos na introdução ou na expansão da frota, bem como as peças sobressalentes adquiridas separadamente, são registradas como ativo fixo e geralmente depreciadas em linha com a frota a qual estão relacionadas. Os adiantamentos para aquisição de aeronaves referem-se a pré-pagamentos efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-800 *Next Generation*, e incluem juros incorridos durante a fabricação de aviões.

A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado está demonstrada na nota explicativa nº14.

De acordo com o CPC 27 e o IAS 16 - "Imobilizado", os custos referentes as grandes manutenções de motores, incluindo substituições de peças sobressalentes e mão de obra, são considerados como recomposição do bem e são capitalizados e tratados separadamente como componente do ativo imobilizado e depreciados até a próxima manutenção relevante. Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção, incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas aeronaves são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil do ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que esse ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

k) Ativos intangíveis

i. Ágio

O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor justo recuperável da unidade geradora de caixa que, nesse caso, é a controlada operacional VRG. A Administração exerce julgamento considerável para avaliar o impacto de mudanças operacionais e macroeconômicas com o objetivo de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável desse ativo. As premissas adotadas pela Companhia nos testes de redução ao valor recuperável dos ativos são consistentes com as projeções internas e planos operacionais. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

ii. Direito de operação em aeroportos

Os direitos de operação em aeroporto adquiridos como parte da aquisição da VRG foram capitalizados a valor justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de slots nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

iii. Marcas

As marcas originadas pela aquisição da VRG foram capitalizadas a valor justo na data da aquisição. A vida útil estimada dessas marcas foi considerada indefinida, e, portanto, esse ativo não é amortizado, devido a diversos fatores e considerações, incluindo o conhecimento da marca e sua posição no mercado, e o reconhecimento e fidelização dos clientes no uso contínuo das marcas da VARIG. O valor contábil das marcas é revisado anualmente quanto a seu valor recuperável ou quando ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

iv. Software

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Os custos de aquisição ou desenvolvimento de software de computadores que possam ser separados de um item de hardware, são capitalizados separadamente e amortizados por um período não excedente a cinco anos em uma base linear.

O valor contábil de um intangível é revisado para perda de valor recuperável se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperado.

I) <u>Deterioração de ativos financeiros</u>

A Companhia avalia para cada data do balanço se um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros sofreram deterioração com base em análise do fluxo de caixa descontado, que considera a capacidade de crédito do emitente do título.

m) <u>Depósitos</u>

Estão representados pelos depósitos para manutenção de aeronaves e motores, depósitos em garantia e cauções de contratos de arrendamentos mercantis e depósitos judiciais de passivos contingentes relativos a processos tributários e trabalhistas.

Os depósitos para manutenção referem-se a pagamentos realizados pela Companhia aos arrendadores das aeronaves para aplicação em eventos futuros de manutenção das aeronaves e motores. Os montantes pagos antecipadamente de depósitos de manutenção são registrados pelo valor histórico do pagamento, sendo reconhecidos no resultado como custo de manutenção quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização de gastos com manutenção. A Administração efetua análises regulares da recuperação dos depósitos de manutenção e acredita que os valores refletidos no balanço são recuperáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Os depósitos em garantia e cauções de contratos de arrendamento são representados por montantes depositados de parcelas mensais do arrendamento mercantil oferecidos a favor dos arrendadores, conforme estabelecido no início dos contratos de arrendamento. Os depósitos e cauções são denominados em dólares norte-americanos, sem rendimento de juros e reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

n) Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional utilizada para a preparação e a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e sucursais é o Real. Transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente na época das transações relacionadas. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio da data do balanço. Qualquer diferença resultante de conversão de moeda estrangeira é registrada na demonstração de resultado.

o) Contabilização de hedge

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos financeiros derivativos como *hedge*, para os riscos de variação do preço de combustível, de variação da taxa de moeda estrangeira e de taxa de juros, como *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa. Os *hedges* para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como *hedges* de fluxo de caixa e riscos nas variações das taxas de câmbio dos arrendamentos financeiros como *hedge* de valor justo. Os *hedges* para risco nas variações do preço de combustível e taxa de juros são contabilizados como *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo ou não na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 26 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Hedges de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge* atribuível ao risco de *hedge* são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

Hedges de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no Patrimônio Líquido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

p) Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o valor justo das transações com empregados liquidadas com instrumentos patrimoniais na data da outorga da opção utilizando métodos de valorização apropriados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método acelerado como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Administração sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada exercício, a Administração revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Remuneração Diferida" que registrou o benefício aos empregados.

q) Provisões

Para alguns arrendamentos operacionais, a Companhia é contratualmente comprometida a devolver a aeronave em um nível pré-definido de capacidade operacional. A Companhia provisiona custos de devolução relacionados às aeronaves classificadas sob a modalidade de arrendamento operacional no momento em que o ativo não esteja em conformidade com as condições contratuais de devolução.

As demais provisões são substancialmente relacionadas a processos judiciais e são constituídas para perdas, consideradas prováveis, no julgamento da Administração, relacionadas a causas trabalhistas e cíveis.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um acontecimento passado, sendo provável uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos para liquidar a obrigação e é possível realizar uma estimativa razoável dos montantes dessa obrigação. Sempre que a Companhia espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado quando a expectativa de que o reembolso ocorra é quase certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no lucro ou prejuízo líquido de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for material, as provisões são descontadas utilizando-se a taxa corrente que reflita, quando apropriado, os riscos específicos para o passivo. Quando o desconto é efetuado, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como um custo financeiro.

r) Reconhecimento de receita

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte é fornecido ou quando o bilhete expira sem ser utilizado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados como transportes a executar, representando uma receita diferida dos bilhetes vendidos para data futura.

O saldo de receita diferida também é composto por bilhetes não utilizados ("no show"). A parcela de no show que a Companhia estima, com base em dados históricos, que não será remarcada pelos passageiros, é reconhecida como receita.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas incluem serviços fretados, tarifas de troca de bilhete e outros serviços adicionais e são reconhecidas quando o serviço é realizado.

s) Programa de milhagem

Desde a aquisição da VRG, a Companhia opera um programa de milhagem denominado Smiles ("Programa Smiles"), que consiste principalmente no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens e outros prêmios. As obrigações assumidas decorrentes do Programa Smiles foram avaliadas na data de aquisição da VRG ao valor justo que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas que se espera que sejam resgatadas no Programa Smiles.

O valor justo dos créditos de milhas, líquido de estimativa de não utilização de milhas (*breakage*) é determinado pela média ponderada de acordo com (i) o valor médio cobrado por assento pela VRG as companhias aéreas parceiras que participam do programa de fidelidade Smiles dividido pela quantidade de milhas necessárias para emissão de um bilhete com a utilização de milhas e; (ii) o valor médio de venda de milhas para as companhias aéreas que participam do programa de fidelidade Smiles. Esse valor justo é atualizado semestralmente.

As milhas concedidas são valorizadas pelo valor justo descrito anteriormente e as milhas resgatadas são baixadas com base no valor médio ponderado do saldo das milhas que haviam sido diferidas. A parcela da receita referente à venda de milhas acima do valor justo das milhas é reconhecida como receita de marketing (na rubrica de outras receitas) quando o transporte é executado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A política da Companhia é cancelar todas as milhas contidas nas contas dos consumidores após 36 meses. O valor associado aos créditos de milhagem que são estimados para que sejam cancelados é reconhecido como receita. A Companhia calcula a estimativa de expiração e não utilização com base em dados históricos. Oportunidades futuras podem alterar significativamente o perfil dos clientes e o padrão histórico. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita a partir deste programa.

t) Informações por segmento

O CPC 22 e IFRS 8 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos que são regularmente revisados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance.

As operações da Companhia possuem origem sem sua controlada VRG e consiste na prestação de serviços de transporte aéreo na América do Sul e Caribe, onde opera voos domésticos e internacionais. A Administração da Companhia efetua a alocação de recursos com a finalidade de melhorar o desempenho dos resultados consolidados. Os principais ativos geradores de receitas da Companhia são suas aeronaves, que são registradas no Brasil. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, programa de milhagens Smiles, vendas a prazo, excesso de bagagem, multas por cancelamento de tarifas, sendo que todos os itens estão diretamente atribuídos a serviços de transporte aéreo.

Com base na forma como a empresa trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, a Companhia possui apenas um segmento operacional para fins de reporte financeiro. As informações por segmento primárias da Companhia compreendem a receita líquida por segmento geográfico conforme apresentado na Nota 26.

u) Imposto de renda e contribuição social

i. Corrente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada controlada e sucursal com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda corrente relacionado aos itens registrados diretamente no patrimônio líquido é registrado também no patrimônio líquido, e não no resultado do exercício.

ii. Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O valor contábil do imposto de renda diferido é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal. O imposto de renda diferido ativo não reconhecido é reavaliado a cada data do balanço e é reconhecido até a extensão em que o lucro tributável futuro permita que o imposto de renda diferido possa ser recuperável.

Impostos de renda diferidos ativos e passivos são determinados considerando as alíquotas que se espera sejam aplicadas no exercício quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, considerando também as leis vigentes na data da preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O imposto de renda a recuperar e o imposto de renda diferido a pagar são compensados se houver direito legalmente executável para fins de compensar o atual imposto de renda a recuperar e a pagar e o imposto de renda diferido relacionado com a mesma entidade tributável e a mesma autoridade fiscal.

v) Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Estas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência histórica e de diversos outros fatores que se supõem ser razoáveis em função das circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas premissas são revistas numa base prospectiva. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que a estimativa é revista. As estimativas e premissas que têm um risco significativo de provocar um ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício, estão discutidos abaixo.

i. Deterioração de ativos não financeiros

A Companhia avalia se existe algum indicador de perda a valor recuperável de todos seus ativos não financeiros a cada data de balanço. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados anualmente e sempre que existirem indicadores de perdas financeiras. Os valores recuperáveis da unidade geradora de caixa, ou seja, da controlada operacional VRG, foram determinados pelo cálculo de seu valor em uso. O valor em uso é determinado utilizando premissas de fluxo de caixa descontado estabelecidos pela Administração.

Outros ativos não financeiros são testados para perda ao valor recuperável quando existirem indicadores de que os valores contábeis não possam ser recuperados.

ii. Deterioração de ativos financeiros disponíveis para venda

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia classifica alguns de seus ativos financeiros como disponíveis para venda e reconhece as mudanças em seu valor justo no patrimônio líquido. Quando o valor justo cai, a Administração faz avaliações sobre o declínio em seu valor para determinar se a perda econômica em seu valor deverá ser reconhecida na demonstração de resultado.

iii. Imposto de Renda

A Companhia acredita que as posições fiscais assumidas são razoáveis. Entretanto, reconhece que as autoridades podem questionar suas posições assumidas, o que pode resultar em passivos adicionais de impostos e juros. A Companhia constitui provisões que envolvem considerável julgamento da administração. As provisões são revistas e ajustadas para as alterações de circunstâncias, como a expiração do prazo prescricional aplicável, as conclusões de autoridades fiscais, exposições adicionais baseadas em identificação de novas questões judiciais ou decisões que afetam uma determinada questão fiscal. Os resultados reais poderão diferir das estimativas.

iv. Ativo Imobilizado

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a Companhia revisou as taxas de depreciação aplicadas para as aeronaves classificadas sob a modalidade de arrendamento financeiro, reconfiguração de aeronaves e peças de reposição de 5% para 4% ao ano, para melhor compatibilidade com a vida útil destes ativos. Tal alteração é baseada em estudos técnicos aprovados pela Administração da Companhia. A alteração na vida útil econômica destes ativos foi aplicada prospectivamente nas demonstrações financeiras a partir de 01 de abril de 2009 e gerou uma redução de despesas de depreciação correspondente aos itens com alteração de vida útil econômica de aproximadamente R\$12.000 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

x) Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

(receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos atribuídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

y) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram antecipadamente nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as seguintes normas e interpretações IFRSs (novas e ou revisadas), cuja aplicabilidade é exigida para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2011, ou períodos anuais posteriores, quando indicado de outra forma. A Administração já está avaliando sua aplicabilidade e possíveis impactos.

<u>IFRS 9 – Financial Instruments</u> - Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (equivalente ao CPC 38) sejam subseqüentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Exigida a partir do período anual com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Modificação da IFRS 3 – Business Combinations</u> – Traz as seguintes exigências:

- i. **Mensuração de participações não controladoras** Especifica que a opção de mensurar as participações não controladoras, tanto pelo seu valor justo quanto pela parcela proporcional da participação não controladora sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição, é aplicável somente para as participações não controladoras que são efetivas e garantem aos titulares uma parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida no evento de uma liquidação. Todos os outros componentes das participações não controladoras devem ser mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição, a menos que outra base de mensuração seja requerida pelas IFRSs.
- ii. **Pagamento de prêmios baseados em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente** Especifica que os requerimentos atuais de mensurar os prêmios do adquirente que substituem os pagamentos baseados em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

ações da adquirida de acordo com a IFRS 2 na data de aquisição ("mensuração baseada em mercado") são aplicáveis também para as transações de pagamentos baseados em ações da adquirida que não são substituídos. Especifica que os requerimentos atuais de alocar a mensuração baseada em mercado de prêmios substituídos entre a contrapartida transferida na combinação de negócios e a despesa de remuneração do período após a combinação de negócios é aplicável para todos os prêmios substituídos, independentemente se o adquirente é obrigado a substituí-los ou se o faz voluntariamente.

iii. Requerimentos de transição para contrapartidas contingentes de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data de adoção obrigatória da IFRS 3 (2008) - Esclarece que a IAS 32 - Financial Instruments: Presentation, a IAS 39 - Financial Instruments: Recognition and Measurement e a IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures não se aplicam para contrapartidas contingentes que surgiram de combinações de negócios cuja data de aquisição seja anterior à aplicação da IFRS 3 (2008).

<u>Modificação da IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures</u> – Encoraja divulgações qualitativas no contexto das divulgações quantitativas requeridas para auxiliar os usuários a formar uma visão geral da natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros. Esclarece o nível requerido de divulgações sobre risco de crédito e garantias detidas e fornece isenção para divulgações de empréstimos renegociados.

<u>Modificação da IAS 34 – Interim Financial Reporting</u> – Dá ênfase ao princípio do IAS 34 de que as divulgações sobre eventos e transações significativos em períodos intermediários devem atualizar as informações relevantes que foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes. Esclarece como aplicar esse princípio em relação a instrumentos financeiros e seus valores justos.

Modificações à IAS 32 – Classification of rights issues (equivalente ao CPC39) - Abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, a Companhia e suas controladas não celebraram nenhum acordo que se enquadraria no escopo dessas modificações.

Modificação da IAS 12 - Income Tax (Deferred Tax:Recovery of Underlying Assets) - Requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - Investment Property, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda. A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC-21 - Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo. As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs (novas e revisadas) apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo International Accounting Standards Board - IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

2.3 Efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa no 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009 (data de transição). Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação a consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas suas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2 acima. Tal procedimento foi adotado de forma a obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia apresenta nessa nota explicativa a reconciliação do balanço patrimonial e mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, e a reconciliação da demonstração do resultado e do fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2009 da prática contábil adotada anteriormente para a atual.

A data de transição das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRSs é em 1º de janeiro de 2007, arquivadas no formulário 20-F na U.S. Securities and Exchange Commission – SEC. No entanto, com o objetivo exclusivo de atender às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, órgão regulador no Brasil, a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Companhia também está apresentando o balanço patrimonial consolidado em 1º de janeiro de 2009 para reconciliar a prática contábil adotada anteriormente no Brasil para a atual (aplicação dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40), sendo que não há divergências entre as demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRSs. Na data de transição da adoção das IFRSs a Companhia adotou o custo atribuído ("deemed cost"). Deste então, o montante do ativo imobilizado reflete a vida útil estimada conforme previsto pela norma contábil.

Conforme permitido pela SEC e CVM e visando atender às necessidades de informações dos mercados em que opera, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras no padrão contábil internacional emitido pelo "International Accounting Standards Board – IASB" em IFRS, bem como nos termos da Legislação Societária Brasileira, simultaneamente, através da instrução CVM 457/07 alterada pela instrução CVM 485/10.

2.3.1 Demonstrações financeiras consolidadas

Conciliações entre as práticas contábeis adotadas anteriormente e a atual

Fm 01/01/09

a) Conciliação do balanço patrimonial

Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

		EM 01/01/09		contabels anteriores)			
		BRGAAP		BR GAAP	BRGAAP		BR GAAP
	Item	anterior	Ajustes	atual/IFRSs	anterior	Ajustes	atual/IFRSs
ATIVO							
<u>Circulante</u>							
Caixa e equivalentes de caixa	(iv)	193.947	(24.617)	169.330	1.382.408	-	1.382.408
Caixa restrito		176.697	-	176.697	18.820	-	18.820
Aplicações financeiras	(iv)	220.967	24.618	245.585	40.444	-	40.444
Contas a receber		344.927	-	344.927	519.308	-	519.308
Estoques	(ii)	194.015	(5.851)	188.164	143.810	(5.851)	137.959
Impostos a recuperar		110.767	-	110.767	86.125	-	86.125

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Despesas antecipadas	(iv)	123.797	4	123.801	124.728	-	124.728
Depósitos		237.914	-	237.914	50.429	-	50.429
Outros créditos e valores	(iv)	49.440	2.946	52.386	40.037	2.946	42.983
		1.652.471	(2.900)	1.649.571	2.406.109	(2.905)	2.403.204
Não circulante							
Depósitos	(iv)	473.666	19.794	493.460	778.355	26.785	805.140
Despesas antecipadas		58.793	-	58.793	63.574	-	63.574
Caixa restrito		6.589	-	6.589	7.264	-	7.264
Impostos diferidos	(iii)	493.771	109.300	603.071	756.836	109.300	866.136
Outros créditos e valores	(iv)	13.969	84.987	98.956	17.304	-	17.304
Imobilizado		3.011.105	-	3.011.105	3.325.713	-	3.325.713
Intangível		1.024.290	186.030	1.210.320	1.045.755	186.030	1.231.785
		5.082.183	400.111	5.482.294	5.994.801	322.115	6.316.916
Total do ativo		6.734.654	397.211	7.131.865	8.400.910	319.210	8.720.120

	BR GAAP			BR GAAP	=======================================	
Item	anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs	anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Circulante							
Empréstimos e financiamentos		967.452	-	967.452	591.695	-	591.695
Fornecedores		283.719	-	283.719	362.382	-	362.382
Obrigações trabalhistas		146.805	-	146.805	233.162	-	233.162
Obrigações fiscais		39.605	-	39.605	57.277	-	57.277
Taxas e tarifas aeroportuárias		97.210	-	97.210	76.331	-	76.331
Transportes a executar		572.573	-	572.573	561.347	-	561.347
Dividendos a pagar		577	-	577	186.416	-	186.416
Programa de milhagem	(i)	18.399	71.644	90.043	12.382	80.159	92.541
Adiantamentos de clientes		-	-	-	126.059	-	126.059
Provisões		165.287	-	165.287	66.259	-	66.259
Outras obrigações	(iv)	211.057	8.251	219.308	85.879	-	85.879
		2.502.684	79.895	2.582.579	2.359.099	80.159	2.439.258
Não circulante							
Não circulante Empréstimos e financiamentos		2.452.437	-	2.452.437	2.542.167	-	2.542.167
	(iii)	2.452.437 201.024	220.943	2.452.437 421.967	2.542.167 341.032	- 221.271	2.542.167 562.303
Empréstimos e financiamentos	(iii) (iv)					- 221.271 26.785	
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos	. ,	201.024	220.943	421.967	341.032		562.303
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões	(iv)	201.024 52.529	220.943 104.781	421.967 157.310	341.032 50.049	26.785	562.303 76.834
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões Programa de milhagem	(iv)	201.024 52.529	220.943 104.781 262.626	421.967 157.310	341.032 50.049	26.785	562.303 76.834 221.414
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões Programa de milhagem Adiantamentos de clientes	(iv)	201.024 52.529 - -	220.943 104.781 262.626	421.967 157.310 262.626	341.032 50.049 - 64.087	26.785	562.303 76.834 221.414 64.087
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões Programa de milhagem Adiantamentos de clientes Obrigações fiscais	(iv)	201.024 52.529 - - 41.055	220.943 104.781 262.626	421.967 157.310 262.626 - 41.055	341.032 50.049 - 64.087 88.642	26.785	562.303 76.834 221.414 64.087 88.642
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões Programa de milhagem Adiantamentos de clientes Obrigações fiscais	(iv)	201.024 52.529 - - 41.055 150.532	220.943 104.781 262.626	421.967 157.310 262.626 - 41.055 142.283	341.032 50.049 - 64.087 88.642 115.429	26.785 221.414 - -	562.303 76.834 221.414 64.087 88.642 115.429
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões Programa de milhagem Adiantamentos de clientes Obrigações fiscais	(iv)	201.024 52.529 - - 41.055 150.532	220.943 104.781 262.626	421.967 157.310 262.626 - 41.055 142.283	341.032 50.049 - 64.087 88.642 115.429	26.785 221.414 - -	562.303 76.834 221.414 64.087 88.642 115.429
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões Programa de milhagem Adiantamentos de clientes Obrigações fiscais Outras obrigações	(iv)	201.024 52.529 - - 41.055 150.532	220.943 104.781 262.626	421.967 157.310 262.626 - 41.055 142.283	341.032 50.049 - 64.087 88.642 115.429	26.785 221.414 - -	562.303 76.834 221.414 64.087 88.642 115.429
Empréstimos e financiamentos Impostos diferidos Provisões Programa de milhagem Adiantamentos de clientes Obrigações fiscais Outras obrigações	(iv)	201.024 52.529 - 41.055 150.532 2.897.577	220.943 104.781 262.626 - (8.249) 580.101	421.967 157.310 262.626 - 41.055 142.283	341.032 50.049 - 64.087 88.642 115.429 3.201.406	26.785 221.414 - - - - 469.470	562.303 76.834 221.414 64.087 88.642 115.429

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Ações em tesouraria	(41.180)	-	(41.180)	(11.887)	-	(11.887)
Ajustes de avaliação patrimonial	(16.373)	-	(16.373)	818	-	818
Remuneração baseada em ações (iv)	14.444	(14.444)	-	18.984	-	18.984
Prejuizos acumulados	(994.565)	783.552	(211.013)	-	479.536	479.536
Total do patrimônio líquido	1.334.393	(262.785)	1.071.608	2.840.405	(230.419)	2.609.986
Total do passivo e patrimônio líquido	6.734.654	397.211	7.131.865	8.400.910	319.210	8.720.120

b) Conciliação do patrimônio líquido consolidado

Patrimônio líquido

	31/12/09	01/01/09
Conforme práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil	2.840.405	1.334.393
Programa de milhagem (i)	3.034	(29.663)
Efeitos da aquisição de empresas (ii)	(346.306)	(346.306)
Impostos diferidos (iii)	112.853	113.184
Conforme BR GAAP atual/IFRS	2.609.986	1.071.608

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Notas às reconciliações

i) Programa de milhagem

A controlada VRG opera um programa de milhagem, o Smiles ("Programa de Milhagem") que proporciona viagens e outros prêmios a membros baseado nas milhas por eles acumuladas.

A parcela de receita relativa às milhas é diferida, a fim de que o seu reconhecimento no resultado seja somente no momento da utilização das milhas e quando o serviço é prestado. Para fins de IFRS, a receita diferida é registrada ao valor justo com base em uma estimativa do valor médio do preço de venda de todas as milhas que foram diferidas. Enquanto que, nas demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, as obrigações eram reconhecidas com base no custo incremental que consistia no custo adicional da prestação de serviços.

Os impactos contábeis deste ajuste no patrimônio líquido de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram de R\$(29.663) e R\$3.034, respectivamente e de R\$32.366 no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

ii) Diferença na contabilização de aquisições de empresas

De acordo com o IFRS, a alocação do preço de compra da VRG foi efetuada com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos líquidos, incluindo os passivos contingentes, sendo o excedente do valor de compra registrado como ágio por expectativa de rentabilidade futura da operação. Nas demonstrações financeiras preparadas conforme as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil, o ágio era calculado com base no valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. Em conexão com a adoção dos novos pronunciamentos em vigor em 2010, o ágio foi calculado com base nos valores justos dos ativos e passivos e a Companhia alocou parte do ágio aos ativos intangíveis para melhor refletir a essência econômica da transação.

iii) Impostos diferidos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Correspondem às diferenças relativas de critérios contábeis adotados na preparação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRSs com as demonstrações financeiras conforme práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil (BR GAAP).

Os impactos deste ajuste no patrimônio líquido de 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2009, foram de R\$113.184 e R\$112.853, respectivamente e no resultado foi de R\$(331) para o exercício findo em 31de dezembro de 2009.

iv) Reclassificações entre linhas do Balanço Patrimonial para equalização das diferenças da alocação de algumas rubricas entre BRGAAP anterior e BR GAAP atual/IFRSs.

c) Conciliação da demonstração do resultado consolidada

Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	Item	BR GAAP anterior	Ajustes	BR GAAP atual/IFRSs
Receita líquida				
Transporte de passageiros	(i)	5.293.251	13.279	5.306.530
Transporte de cargas e outras	(i)	699.434	19.418	718.852

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	5.992.685	32.697	6.025.382
Custo dos serviços prestados	(4.697.612)	-	(4.697.612)
Lucro bruto	1.295.073	32.697	1.327.770
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas comerciais	(474.792)	-	(474.792)
Despesas administrativas	(452.324)	-	(452.324)
Outras receitas (despesas) operacionais	12.638	-	12.638
	(914.478)	-	(914.478)
Lucro operacional	380.595	32.697	413.292
Resultado financeiro			
Juros sobre empréstimos	(275.466)	-	(275.466)
Receita com aplicações financeiras	10.423	-	10.423
Resultado líquido com derivativos	(80.332)	-	(80.332)
Variação cambial líquida	708.240	-	708.240
Outros	(20.021)	-	(20.021)
	342.844		342.844
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	723.439	32.697	756.136
Imposto de renda e contribuição social correntes	(609)	-	(609)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (iii)	135.636	(331)	135.305

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	135.027	(331)	134.696
Lucro líquido do exercício	858.466	32.366	890.832

d) Efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações dos fluxos de caixa consolidada

Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	BRGAAP		BR GAAP
	anterior	Ajustes	atual/IFRSs
Fluxos de caixa das atividades operacionais	457.259		457.259
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(19.195)	24.617	5.422
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	769.238	-	769.238

2.3.2 Demonstrações financeiras individuais

Conciliações entre as práticas contábeis adotadas anteriormente e a atual

a) Conciliação do balanço patrimonial individual (controladora).

Todos os efeitos das alterações das práticas contábeis impactaram a controlada VRG. Dessa forma, esses efeitos foram capturados pela controladora por meio do cálculo de equivalência patrimonial, com impacto nas rubricas de Investimentos e Resultado de Equivalência Patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 01/01/09 (data de transição)

Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	BRGAAP	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BRGAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3.520	-	3.520	226.987	-	226.987
Caixa restrito	160.501	-	160.501	3.180	-	3.180
Aplicações financeiras	52.264	-	52.264	25.232	-	25.232
Impostos a recuperar	28.100	-	28.100	31.156	-	31.156
Despesas antecipadas	8.289	-	8.289	31.627	-	31.627
Depósitos	104.463	-	104.463	9.552	-	9.552
	357.137		357.137	327.734	-	327.734
Não circulante						
Depósitos	548	-	548	42.857	-	42.857
Despesas antecipadas	58.794	-	58.794	63.574	-	63.574
Impostos diferidos	93	-	93	9.108	-	9.108
Créditos com empresas relacionadas	1.146.224	-	1.146.224	199.608	-	199.608
Investimentos	699.923	(262.785)	437.138	2.647.552	(230.419)	2.417.133
Imobilizado	957.559	-	957.559	804.631	-	804.631
Intangível	-	-	-	266	-	266
	2.863.141	(262.785)	2.600.356	3.767.596	(230.419)	3.537.177
Total do ativo	3.220.278	(262.785)	2.957.493	4.095.330	(230.419)	3.864.911

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE **DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

BRGAAP

Em 01/01/09 (data de transição)

Efeito da

Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

Efeito da

BRGAAP

	anterior	adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	anterior	adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
PASSIVO						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	719.120	-	719.120	259.991	-	259.991
Fornecedores	3.700	-	3.700	4.434	-	4.434
Obrigações fiscais	2.241	-	2.241	14.048	-	14.048
Dividendos a pagar	577	-	577	186.416	-	186.416
Provisões	674	-	674	-	-	-
Outras obrigações	141.013	-	141.013	16.905	-	16.905
	867.325		867.325	481.794		481.794
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	980.230	-	980.230	733.755	-	733.755
Impostos diferidos	1.505	-	1.505	26	-	26
Obrigações fiscais	-	-	-	9.683	-	9.683
Outras obrigações	36.825	-	36.825	29.667	-	29.667
	1.018.560		1.018.560	773.131		773.131
		-				
Patrimônio líquido		-				
Capital social	1.363.946	-	1.363.946	2.194.794	-	2.194.794
Reservas de capital	89.556	-	89.556	60.263	-	60.263

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Custo na emissão de ações	-	-	-	(19.194)	-	(19.194)
Reservas de Lucros	918.565	-	918.565	596.627		596.627
Ações em tesouraria	(41.180)	-	(41.180)	(11.887)	-	(11.887)
Ajustes de avaliação patrimonial	(16.373)	-	(16.373)	818	-	818
Remuneração baseada em ações	14.444	-	14.444	18.984	-	18.984
Prejuizos acumulados	(994.565)	(262.785)	(1.257.350)	-	(230.419)	(230.419)
	1.334.393	(262.785)	1.071.608	2.840.405	(230.419)	2.609.986
Total do passivo e patrimônio líquido	3.220.278	(262.785)	2.957.493	4.095.330	(230.419)	3.864.911

b) Conciliação do patrimônio líquido

Patrimônio líquido

	31/12/09	01/01/09
Conforme práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil	2.840.405	1.334.393
Alteração na equivalência patrimonial da controlada VRG	(230.419)	(262.785)
Conforme BR GAAP reapresentado	2.609.986	1.071.608

c) Conciliação da demonstração do resultado

Exercício findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

práticas contábeis anteriores)

		Efeito da	
	BRGAAP anterior	Transição - novos CPCs	BRGAAP reapresentado
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas administrativas	(21.831)	-	(21.831)
Outras receitas (despesas) operacionais	12.638	-	12.638
	(9.193)	-	(9.193)
Resultados de equivalência patrimonial	693.318	32.366	725.684
Lucro operacional	684.125	32.366	716.491
Resultado financeiro			
Juros sobre empréstimos	(78.510)	-	(78.510)
Receita com aplicações financeiras	6.511	-	6.511
Resultado líquido com derivativos	32.754	-	32.754
Variação cambial líquida	245.153	-	245.153
Outros	(32.199)	-	(32.199)
	173.709	-	173.709
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	857.834	32.366	890.200
Imposto de renda e contribuição social diferidos	632	-	632
	632	-	632
Lucro líquido do exercício	858.466	32.366	890.832

d) Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração dos fluxos de caixa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)

	BRGAAP		BR GAAP
	anterior	Ajustes	atual/IFRSs
Fluxos de caixa das atividades operacionais	62.811	-	62.811
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(362.874)	-	(362.874)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	523.530	-	523.530

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/0 9	01/01/0 9	31/12/10	31/12/09	01/01/0 9
Caixa e depósitos bancários	103.988	23.910	3.520	194.493	84.262	148.716
Equivalentes de caixa	125.448	203.077	-	1.761.365	1.298.146	20.614
	229.436	226.987	3.520	1.955.858	1.382.408	169.330

Em 31 de dezembro de 2010, os equivalentes de caixa referem-se substancialmente a títulos privados, títulos públicos e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 95,0% e 104,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Desde o primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a aplicar também seus recursos em fundos abertos e não somente em fundos exclusivos como anteriormente. Os fundos de investimentos referem-se a aplicações em cotas de fundos de renda fixa e fundos DI de bancos de primeira linha.

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
-	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Títulos privados	125.448	88.408	678.253	619.587	1.895
Títulos públicos	-	114.669	245.186	678.559	2.749
Fundos de investimento	-	-	837.926	-	15.970
	125.448	203.077	1.761.365	1.298.146	20.614

Essas aplicações financeiras apresentam alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Caixa Restrito

O caixa restrito está representado por depósitos de margem de garantia vinculados a empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) os quais foram aplicados em fundos DI e remunerados a taxa média ponderada de 98,5% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010 o saldo registrado no ativo não circulante é de R\$34.500 (R\$18.820 e R\$7.264 em 31 de dezembro de 2009 registrados no ativo circulante e no ativo não circulante, respectivamente, e R\$176.697 e R\$6.589 em 1º de janeiro de 2009 registrados no ativo circulante e no ativo não circulante, respectivamente).

Até 30 de setembro de 2010, a Companhia possuía depósitos de margem de garantia junto a BM&FBOVESPA para operações de Futuro de Dólar. Durante o quarto trimestre esse saldo foi resgatado e substituído por uma carta fiança no valor de R\$100.000 com vencimento em 30 de setembro de 2011 e o custo da fiança é de 1,3% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, o montante de depósitos de margem de garantia vinculados às operações de hedge era de R\$18.820 no ativo circulante (R\$174.660 em 1º de janeiro de 2009).

5. Aplicações financeiras

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Fundos de investimento	-	2.755	21.177	2.816	16.307	148.945
Certificados de depósitos no exterior	19.790	22.312	31.087	19.790	22.312	31.086
Outros	-	165	-	-	1.825	65.554
Total ativos financeiros disponíveis para venda	19.790	25.232	52.264	22.606	40.444	245.585

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são compostos basicamente por fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e certificados de depósitos no exterior (*time deposits*). Essas aplicações financeiras possuem um prazo médio de vencimento de 83 dias e são remuneradas, respectivamente, a taxa média de 108,5% do CDI ao ano e 11,0% ao ano.

6. Contas a receber

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Moeda nacional			
Administradoras de cartões de crédito	90.612	341.784	95.097
Agências de viagens	149.393	123.884	116.270
Vendas parceladas	48.564	57.491	92.913
Agências de cargas	20.582	14.220	15.505
Companhias aéreas parceiras	16.608	9.287	12.479
Outros	27.491	13.874	36.244
	353.250	560.540	368.508

Moeda estrangeira

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Administradoras de cartões de crédito	5.855	4.273	5.749
Agências de viagens	3.935	6.349	13.940
Agências de cargas	141	545	1.428
	9.931	11.167	21.117
	363.181	571.707	389.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(60.127)	(52.399)	(44.698)
	303.054	519.308	344.927
•			

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo no início do exercício	(52.399)	(44.698)	(36.369)
Adições	(27.689)	(41.366)	(15.864)
Montantes incobráveis	5.623	17.672	-
Recuperações	14.338	15.993	7.535
Saldo no final do exercício	(60.127)	(52.399)	(44.698)
	•	,	,

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	270.286	498.684	327.722
Vencidas até 30 dias	19.091	10.172	13.103
Vencidas de 31 a 60 dias	4.128	4.870	3.555

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Vencidas de 61 a 90 dias	5.533	2.350	4.455
Vencidas de 91 a 180 dias	8.041	14.592	13.011
Vencidas de 181 a 360 dias	7.052	9.492	8.194
Vencidas acima de 360 dias	49.050	31.547	19.585
	363.181	571.707	389.625

O período médio de recebimento nas vendas parceladas é de sete meses e são cobrados juros mensais de 5,99% sobre o saldo a receber, que são contabilizados no resultado financeiro no momento do recebimento. O período médio de recebimento das demais contas a receber é de 45 dias.

Em 31 de dezembro de 2010, o montante a receber de agências de viagem no valor de R\$24.300 (R\$67.691 e R\$18.070 em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009, respectivamente) estão vinculadas a garantias de contratos de empréstimos.

7. Estoques

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Materiais de consumo	16.702	11.040	9.318
Peças e materiais de manutenção	117.740	98.744	108.408
Adiantamentos a fornecedores	43.725	25.086	65.230
Importações em andamento	1.885	5.749	5.378
Outros	7.942	5.942	4.105
Provisão para obsolescência	(17.004)	(8.602)	(4.275)
	170.990	137.959	188.164

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A movimentação da provisão para obsolescência de estoque é conforme segue:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos no início do exercício	(8.602)	(4.275)	(12.013)
Adições	(44.426)	(4.327)	(8.473)
Baixas	36.024	-	16.211
Saldos no final do exercício	(17.004)	(8.602)	(4.275)

8. Impostos diferidos e a recuperar

	Cont	roladora (BR G	AAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		GAAP)
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Impostos a recuperar:						
Ativo circulante						
ICMS (1)	-	-	-	7.039	4.711	4.184
Antecipações de IRPJ e CSSL ⁽²⁾	32.187	30.446	26.433	35.186	37.644	45.106
IRRF (3)	2.507	505	1.642	8.548	2.044	25.837
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	-	17.334	18.047	17.193
Imposto de valor agregado recuperável – IVA ⁽⁴⁾	-	-	-	3.512	5.071	15.968
Imposto de renda sobre importações	177	-	-	15.805	18.119	-
Outros	30	205	25	719	489	2.479
Total dos impostos a recuperar	34.901	31.156	28.100	88.143	86.125	110.767
Impostos diferidos:						
Ativo não circulante						
Prejuízos fiscais	15.166	6.628	-	340.055	346.725	272.027
Base negativa de contribuição social	5.460	2.387	-	122.420	124.821	37.365
Diferenças temporárias:						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE **DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Programa de milhagem	-	-	-	70.603	109.300	119.907
Provisão para ativos de liquidação duvidosa	-	-	-	190.664	187.558	130.656
Provisão para processos judiciais	-	-	-	44.556	60.419	-
Devolução de aeronaves	-	-	-	11.318	12.455	34.889
Outros	93	93	93	37.929	24.858	8.227
Total do imposto diferido ativo não circulante	20.719	9.108	93	817.545	866.136	603.071
-						
Passivo não circulante						
Marcas	-	-	-	21.457	21.457	21.457
Direitos de vôo	-	-	-	190.686	190.686	190.686
Depósitos de manutenção	-	-	-	155.266	151.820	133.276
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	-	115.098	83.427	64.564
Estorno da amortização do ágio	-	-	-	51.064	25.532	-
Operações de leasing de aeronaves	-	-	-	94.950	69.893	-
Outros	-	26	1.505	13.664	19.488	11.984
Total do imposto diferido passivo não circulante	-	26	1.505	642.185	562.303	421.967
=						

A Companhia e sua controlada têm prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (GLAI)		Controlada (VRG)		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	
Prejuízo fiscal	264.920	266.250	1.299.555	1.360.390	
Base negativa de contribuição social	264.920	266.250	1.299.555	1.360.390	

⁽¹⁾ ICMS: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços.
(2) IRPJ: imposto de renda brasileiro, federal, cobrado sobre o lucro líquido tributável.

CSLL: contribuição social sobre o lucro líquido tributável, criado para financiar programas e fundos sociais.

⁽³⁾ IRRF: retenção do imposto de renda aplicável em determinadas operações domésticas, tais como pagamento de taxas para alguns prestadores de serviço, pagamento de salários e rendimentos financeiros resultantes de investimentos bancários.

⁽⁴⁾ IVA: imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços no exterior.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2010, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros da controladora e de suas controladas, observadas as limitações legais.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, tecnicamente elaboradas e suportadas nos planos de negócio e aprovadas pelos órgãos da Administração da Companhia, indicam a existência de lucros tributáveis suficientes para a realização dos créditos fiscais diferidos reconhecidos.

Adicionalmente, a controladora GLAI tem o montante total de créditos fiscais de R\$90.073, entretanto a Companhia reconheceu uma provisão para perda de R\$69.447 para os créditos que não tem perspectiva de realização em um futuro imediato.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação da alíquota fiscal estatutária combinada com os valores refletidos no resultado, está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	203.618	890.200	386.496	756.136	
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(69.230)	(302.668)	(131.409)	(257.086)	
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:					
Equivalência patrimonial	99.437	246.733	-	-	
Resultado das subsidiárias integrais	(26.283)	(41.102)	(26.283)	3.796	
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa não reconhecido de exercícios anteriores	11.611	9.014	11.611	270.158	
Despesas indedutíveis (receitas não tributáveis) das controladas	-	-	(23.001)	22.970	
Imposto de renda sobre diferenças permanentes	(9.828)	(16.279)	(8.089)	(10.076)	
Variação cambial sobre investimentos no exterior	4.872	104.934	4.872	104.934	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	10.579	632	(172.299)	134.696	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.032)	-	(53.855)	(609)	
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.611	632	(118.444)	135.305	
	10.579	632	(172.299)	134.696	

9. Despesas antecipadas

Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
31/12/0		01/01/0	31/12/1	31/12/0	01/01/0	
31/12/10	9	9	0	9	9	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Perdas diferidas de transações de sale-leaseback de aeronaves (a)	-	72.947	66.603	63.574	72.947	66.603
Pagamentos de prêmios de <i>hedge</i>	7.330	21.997	-	30.154	23.190	-
Pré-pagamentos de arrendamentos	-	-	-	33.322	35.453	45.596
Pré-pagamentos de seguros	639	257	480	27.860	37.208	52.971
Pré-pagamentos de comissões	-	-	-	16.628	14.705	11.738
Outros	-	-	-	5.666	4.799	5.686
	7.969	95.201	67.083	177.204	188.302	182.594
Circulante	7. 969	31.627	8.289	123.003	124.728	123.801
Não-circulante	-	63.574	58.794	54.201	63.574	58.793

(a) Durante os exercícios de 2007, 2008 e 2009, a Companhia apurou perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de 9 aeronaves no montante de R\$89.337. Estas perdas estão sendo diferidas e amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses. Maiores informações relacionadas às transações de *sale-leaseback* estão descritas na Nota nº 25.b.

10. Depósitos

Controladora (BRGAAP)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A Companhia e sua controlada VRG efetuaram depósitos para manutenção de aeronaves e motores que serão utilizados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para assim permitir a utilização desses recursos financeiros em outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamento da sua controlada VRG. Os saldos em 31 de dezembro de 2010 estão classificados no ativo não circulante no montante de R\$7.550 (R\$9.552 e R\$42.857 em 31 de dezembro de 2009 e R\$104.463 e R\$548 em 1º de janeiro de 2009 classificados no ativo circulante e não circulante, respectivamente).

Consolidado (IFRS e BRGAAP)

Depósitos de manutenção

A Companhia efetua depósitos para manutenção de aeronaves e motores que serão aplicados em eventos futuros, conforme estabelecido em alguns contratos de arrendamento mercantil. Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas à manutenção ou ao risco associado às atividades. A Companhia detém o direito de escolher os fornecedores para realizar as manutenções ou realizá-las internamente.

Os depósitos são valorizados conforme determinado nos contratos de arrendamento com base em medidas de desempenho, como horas de voo ou ciclos e são utilizados para pagamento das manutenções efetuadas, podendo ser reembolsados à Companhia ao término dos contratos. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando efetivamente incorridos, de acordo com a política de contabilização dos gastos de manutenção. Alguns contratos estabelecem que os depósitos existentes, em excesso aos custos de manutenção não são reembolsáveis. Tais excessos ocorrem quando os valores anteriormente utilizados para manutenção forem menores que os valores depositados. Os excessos detidos pelo arrendador na data de expiração do contrato, os quais não são considerados significativos, são reconhecidos como despesa adicional de arrendamento.

Com base nas análises regulares de recuperação dos depósitos, a Administração acredita que os valores refletidos no balanço consolidado são recuperáveis, não havendo indicadores de deterioração dos depósitos de manutenção, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 classificado no ativo não circulante é de R\$456.666 (R\$50.429 e R\$472.244, em 31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

de dezembro de 2009 e R\$237.914 e R\$283.823 em 01 de janeiro de 2009 no ativo circulante e não circulante, respectivamente).

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir os depósitos por cartas de crédito para permitir a utilização dos depósitos para cobrir outros desembolsos relativos aos contratos de arrendamento. Muitos dos contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção.

Depósitos de garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia às empresas de arrendamento, cujo resgate ocorre integralmente por ocasião do vencimento dos contratos. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo dos depósitos em garantia dos contratos de arrendamento, classificados no ativo não circulante é de R\$127.963 (R\$251.716 em 31 de dezembro de 2009 e R\$147.927 em 01 de janeiro de 2009).

<u>Depósitos judiciais</u>

Os depósitos judiciais representam garantias em processos judiciais relativos a processos tributários e trabalhistas mantidos em juízo até a solução dos litígios as que estão relacionados. Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2010, registrado no ativo não circulante totalizavam R\$130.748 (R\$81.180 em 31 de dezembro de 2009 e R\$61.710 em 01 de janeiro de 2009).

11. Transações com partes relacionadas

Contratos de mútuos - ativo não circulante - Controladora

A Companhia mantém mútuo com sua controlada VRG, sem previsão de encargos financeiros, avais e garantias, que totaliza R\$483.230 em 31 de dezembro de 2010 (R\$199.608 em 31 de dezembro de 2009 e R\$1.146.224 em 1º de janeiro de 2009).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Serviços gráficos, de transportes e de consultoria

A controlada VRG mantém contrato com a empresa ligada Breda Transportes e Serviços S.A. para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos e transporte de funcionários, com data de vencimento em 16 de novembro de 2010 podendo ser renovado a cada 12 meses por igual período mediante assinatura de instrumento aditivo firmado pelas partes com correção anual com base no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas).

A Controlada VRG também mantém contratos com as empresas ligadas Expresso União Ltda., União Transporte de Encomendas e Comércio de Veículos Ltda., Serviços Gráficos Ltda. e HK Consultoria e Participações para prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens entre aeroportos, transporte de cargas expressas, transporte de funcionários, serviços gráficos e serviços de consultoria, respectivamente, com prazos de vigência de 12 meses sem a incidência de encargos financeiros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esses de serviços de R\$8.621 (R\$10.075 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009). As entidades mencionadas anteriormente pertencem ao mesmo grupo econômico.

Arrendamento mercantil operacional

A VRG é locatária do imóvel situado à Rua Tamoios, 246 em São Paulo – SP, pertencente a empresa Patrimony Administradora de Bens controlada pela Comporte Participações S.A., empresa que pertence ao mesmo acionista da Companhia, cujo contrato tem vencimento em 04 de abril de 2011 e sua cláusula de reajuste anual é com base no IGP-M. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a VRG reconheceu uma despesa total referente a esse arrendamento de R\$361 (R\$428 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009).

Acordo Comercial com Unidas Rent a Car

Em maio de 2009, a VRG assinou um acordo comercial com a Unidas Rent a Car, uma empresa brasileira de aluguel de carros que fornece a seus clientes um desconto de 50% no valor das diárias de aluguel, quando compram bilhetes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

de voos operados pela controlada VRG por meio de seu *website*. O presidente do Conselho de Administração da Companhia, Álvaro de Souza, é também membro do conselho da Unidas Rent a Car.

Contas a pagar – passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo a pagar às empresas ligadas no valor de R\$230 (R\$688 e R\$281 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, respectivamente) está incluso no saldo de fornecedores e refere-se substancialmente ao pagamento à Breda Transportes e Serviços S.A. sobre os serviços de transporte de passageiros.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

	31/12/10	31/12/09
Salários e benefícios	22.516	13.228
Encargos sociais	6.833	4.111
Remuneração baseada em ações	24.743	3.430
Total	54.092	20.769

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não oferecia benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores.

Remuneração baseada em ações

O Conselho de Administração, no âmbito de suas funções e em conformidade com o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovou a outorga de opções de ações preferenciais para administradores e executivos da Companhia. Para as outorgas até 2009, as opções se tornam exercíveis à taxa de 20% ao ano e podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

Em função de alterações promovidas no Plano de Opção de Compra de ações da Companhia, aprovada pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2010, para as outorgas de 2010, as opções se tornarão exercíveis 20% a partir do primeiro ano, 30% adicionais a partir do segundo e 50% remanescentes a partir do terceiro ano. As opções segundo este Plano de 2010 também poderão ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão.

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando o modelo de precificação de opções Black-Scholes.

As reuniões do Conselho de Administração e as premissas utilizadas no modelo de precificação de opções Black-Scholes estão relacionadas a seguir:

Planos de opções de compra de ações

	2005	2006	2007	2008	2009 (a)	2010 (b)
		2 de				
	9 de		31 de	20 de	4 de	2 de
Data da reunião do Conselho	dezembro	janeiro	dezembro	dezembro	fevereiro	fevereiro
de Administração	de 2004	de 2006	de 2006	de 2007	de 2009	de 2010
Total de opções concedidas	87.418	99.816	113.379	190.296	1.142.473	2.774.640
Preço de exercício da opção	33,06	47,30	65,85	45,46	10,52	20,65
Valor justo da opção na data da concessão	29,22	51,68	46,61	29,27	8,53	16,81
Volatilidade estimada do preço da ação	32,52%	39,87%	46,54%	40,95%	76,91%	77,95%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Dividendo esperado	0,84%	0,93%	0,98%	0,86%	-	2,73%
Taxa de retorno livre de risco	17,23%	18,00%	13,19%	11,18%	12,66%	8,65%
Duração da opção (em anos)	10	10	10	10	10	10

⁽a) em abril de 2010, foram outorgadas 216.673 em complemento ao plano de 2009.

A movimentação das opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2010 está apresentada a seguir:

D	reco	de

	Opções de ações	exercício médio ponderado
Opções em circulação em 01 de janeiro de 2009	366.987	48,05
Concedidas	1.142.473	10,52
Exercidas	(22.650)	10,37
Canceladas	(420.783)	10,80
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2009	1.066.027	26,59
Concedidas	2.991.313	19,92
Exercidas	(162.934)	11,14
Canceladas	(417.722)	26,71
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	3.476.684	20,56
Quantidade de opções exercíveis em 01 de janeiro de 2009	151.436	46,23
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2009	320.438	29,04
Quantidade de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	955.975	22,88

O intervalo de preços de exercício e a maturidade média das opções em circulação, assim como os intervalos de preços de exercício para as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010 estão sumariadas abaixo:

⁽b) em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894, referente ao plano de 2010.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Opções em circulação

Opções exercíveis

Intervalo de preços de exercício	Opções em circulação em Dez/2010	Maturidade remanescente media em anos	Preço de exercício médio	Opções exercíveis em Dez/2010	Preço de exercício médio
33,06	32.905	5	33,06	32.905	33,06
47,30	39.643	6	47,30	39.643	47,30
65,85	45.602	7	65,85	36.482	65,85
45,46	111.598	8	45,46	66.959	45,46
10,52	652.998	9	10,52	261.199	10,52
20,65	2.593.938	10	20,65	518.787	20,65
10,52-65,85	3.476.684	9,64	20,56	955.975	22.88

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia registrou no patrimônio líquido um resultado com remuneração baseada em ações no montante de R\$24.743 (R\$4.540 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009), sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo de pessoal.

12. Investimentos

a) As movimentações do investimento nos exercícios estão demonstradas a seguir:

	VRG
Saldos em 01 de janeiro de 2009	437.138
Resultado de equivalência patrimonial	725.684
Aumento de capital	813.852
Adiantamento para futuro aumento de capital	403.000
Resultados não-realizados de <i>hedge</i>	37.459
Saldos em 31 de dezembro de 2009	2.417.133
	·

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Resultado de equivalência patrimonial	292.463
Perdas diferidas, líquidas com sale leaseback (i)	32.494
Resultados não-realizados de hedge	8.633
Saldos em 31 de dezembro de 2010	2.750.723

- (i) A Companhia através de sua controlada GAC possui saldo líquido de perdas diferidas com *sale-leaseback* no montante de R\$32.494. O diferimento dessa perda está condicionado ao pagamento das parcelas contratuais efetuadas pela sua controlada VRG. Dessa forma, o saldo mencionado acima é na essência parte do investimento líquido da controladora na VRG.
- A controlada VRG não possui ações negociadas em bolsa. As informações relevantes sobre a VRG estão sumariadas a seguir:

Quantidade total de ações	Participação %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido da controlada
31/12/09 2.599.248.156	100%	1.891.191	2.417.133	725.684
31/12/10 3.002.248.156	100%	2.294.191	2.718.229	292.463

13. Lucro por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e preferênciais quanto aos direitos de voto e preferências em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não dão direito ao recebimento de nenhum dividendo fixo. Em vez disso, os acionistas preferenciais têm o direito de receber dividendos por ação no mesmo valor dos dividendos por ação pagos aos detentores de ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia entende que, substancialmente, não há diferença entre ações preferenciais e ordinárias e, portanto, a forma do cálculo do lucro ou prejuízo por ação, básico e diluído, deve ser a mesma para os dois tipos de ações.

Consequentemente, o lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido pela média ponderada de todas as classes de ação em circulação no período. O cálculo de lucro por ação diluído é computado incluindo-se as opções de compra de ações de executivos e funcionários chaves usando-se o método de ações em tesouraria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

quando o efeito é dilutivo. O efeito anti-dilutivo de todas as potenciais ações são ignoradas no cálculo do lucro por ação dilutivo.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Numerador				
Lucro líquido do exercício	214.197	890.832	214.197	890.832
<u>Denominador</u>				
Média ponderada de ações em circulação relativa				
ao lucro por ação básico (em milhares)	268.564	227.472	268.564	227.472
Efeitos dos títulos dilutíveis				
Plano executivo de opção de compra de ações (em milhares)	390	111	390	111
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas relativa ao lucro por ação diluído (em				
milhares)	268.954	227.583	268.954	227.583
Lucro básico por ação	0,798	3,916	0,798	3,916
Lucro diluído por ação	0,796	3,914	0,796	3,914

Em 31 de dezembro de 2010, o lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro. Em 31 de dezembro de 2010 os preços de exercício das opções de compra de ações "vested" dos planos de 2009 e de 2010 estão abaixo da cotação média de mercado do período ("in-the-money"). O plano de 2009 está "in-the-money" mesmo adicionando ao preço de exercício as despesas que serão incorridas das opções que ainda estão "vesting".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2010, o total de 1.171.786 opções de compra de ações, possuem efeito dilutivo (364.204 opções em 31 de dezembro de 2009).

14. Imobilizado

Controladora (BR GAAP)

Os saldo corresponde aos adiantamentos para aquisição de aeronaves, referentes aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos com a Boeing Company para aquisição de 110 aeronaves 737-800 Next Generation (90 aeronaves em 31 de dezembro de 2009 e 94 aeronaves em 01 de janeiro de 2009), no valor de R\$308.494 (R\$506.475 em 31 de dezembro de 2009 e R\$754.016 em 01 de janeiro de 2009). O saldo também é composto pelo direito sobre o valor residual das aeronaves no valor de R\$357.757 (R\$298.156 em 31 de dezembro de 2009 e R\$203.543 em 01 de janeiro de 2009) ambos realizados pela controlada GAC.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

		31/1		31/12/09	01/01/09	
	Taxa anual de					
	Depreciação ponderada		Depreciação	Valor	Valor	Valor
		Custo	acumulada 	Líquido	Líquido	Líquido
Equipamentos de voo						
Imobilizado sob arrendamento financeiro	6%	2.553.145	(342.712)	2.210.433	2.021.083	1.308.562
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	4%	778.679	(128.921)	649.758	548.411	552.738
Reconfigurações de aeronaves	20%	153.892	(66.900)	86.992	39.927	34.054
Equipamentos de aeronaves e de	20%					
segurança		1.287	(686)	601	682	789
Ferramentas	10%	19.718	(5.253)	14.465	12.144	7.684
		3.506.721	(544.472)	2.962.249	2.622.247	1.903.827
Imobilizado de uso						
Veículos	20%	8.728	(5.419)	3.309	2.472	2.997
Máquinas e equipamentos	10%	23.350	(7.606)	15.744	14.231	14.684
Móveis e utensílios	10%	17.895	(7.199)	10.696	10.183	10.647
Computadores e periféricos	20%	37.542	(23.188)	14.354	13.686	15.811
Equipamentos de comunicação	10%	2.665	(1.148)	1.517	1.365	1.350
Instalações	10%	4.363	(2.171)	2.192	2.652	3.071
Centro de manutenção Confins	7%	104.405	(11.245)	93.160	86.664	55.889
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%	31.568	(13.028)	18.540	23.265	2.687
Obras em andamento	-	15.546	-	15.546	10.050	30.588
	-					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

		246.062	(71.004)	175.058	164.568	137.724
		3.752.783	(615.476)	3.137.307	2.786.815	2.041.551
Adiantamentos para aquisição de						
imobilizado	-	323.661	-	323.661	538.898	969.554
		4.076.444	(615.476)	3.460.968	3.325.713	3.011.105

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro (a)	Outros equipamentos de voo	Adiantamentos para aquisição de imobilizado (b)	Outros	Total
Em 01 de janeiro de 2009	1.308.562	595.265	969.554	137.724	3.011.105
Adições	823.943	53.090	122.758	44.832	1.044.603
Baixas	(43.299)	(75)	(553.394)	(340)	(597.108)
Depreciação	(68.123)	(47.116)	-	(17.648)	(132.887)
Em 31 de dezembro de 2009	2.021.083	601.164	538.898	164.568	3.325.713
Adições	381.078	200.543	293.239	29.926	905.130
Baixas	-	(2.740)	(508.476)	(297)	(511.513)
Depreciação	(191.728)	(47.151)	-	(19.139)	(258.018)
Em 31 de dezembro de 2010	2.210.433	751.816	323.661	175.058	3.460.968

- (a) Refere-se à imobilizados mantidos sob contratos de arrendamento financeiro no total líquido de depreciação de R\$2.210.433 em 31 de dezembro de 2010 (R\$2.021.083 em 31 de dezembro de 2009 e R\$1.308.562 em 01 de janeiro de 2009, respectivamente).
- (b) As baixas de adiantamentos para aquisição de imobilizado correspondem aos montantes devolvidos pela Boeing Co. no momento em que a aeronave é entregue para a Companhia. Esses recursos são utilizados para o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

pagamento do financiamento da respectiva linha de crédito para adiantamento à aeronave conforme descrito na Nota nº16 sob as denominações de PDP.

15. Intangível

Controladora (BR GAAP)

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo presente na controladora no valor de R\$177 refere-se a softwares (R\$266 em 31 de dezembro de 2009).

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Ágio (a)	Marcas	Direitos de operação em aeroportos	Software	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	542.302	63.109	560.842	44.067	1.210.320
Adições	-	-	-	37.916	37.916
Baixas	-	-	-	(6.485)	(6.485)
Amortizações	-	-	-	(9.966)	(9.966)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	542.302	63.109	560.842	65.532	1.231.785
Adições	-	-		58.512	58.512
Amortizações	-	-	-	(23.120)	(23.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	542.302	63.109	560.842	100.924	1.267.177

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

(a) O ágio é proveniente da aquisição da controlada VRG em 28/03/2007.

A Companhia atribuiu o ágio e ativos intangíveis com vida indefinida, adquiridos através de combinações de negócios, para efeitos de teste de redução ao valor recuperável para uma única unidade geradora de caixa, a controlada operacional VRG.

O montante recuperável da unidade geradora de caixa foi calculada com base no seu valor em uso, aplicando-se as projeções de fluxo de caixa descontado com base no plano de negócios da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração, para um período de cinco anos à taxa de crescimento de 3%. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada à projeção de fluxo de caixa é de 20,46%.

O cálculo do valor em uso para a unidade geradora de caixa é mais sensível às seguintes hipóteses:

- Uso do modelo de fluxo de caixa descontado para avaliação do valor em uso;
- Taxa de desconto derivada da taxa média ponderada de custo do capital da Companhia, ajustada para riscos específicos do mercado;
- Taxa de crescimento de longo prazo que reflete o consenso do mercado para o negócio da Companhia;
- Fluxo de *royalties* que pode ser obtida no licenciamento de um ativo intangível para um terceiro em uma transação entre partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o teste de redução ao valor recuperável do ágio e dos ativos intangíveis não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas.

16. Empréstimos e financiamentos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

		Taxa de juros média efetiva a.a.	Cont	troladora (BR GA <i>l</i>	AP)	Consoli	dado (IFRS e BR	GAAP)
	Vencimento	31/12/10	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:								
Moeda nacional:								
Capital de giro	Ago, 2010	2,68%	-	-	-	-	160.000	50.000
Empréstimo BNDES	Jul, 2012	8,66%	-	-	-	14.352	14.352	14.181
Empréstimo BNDES Repasse Safra	Mar, 2014	11,46%	-	-	-	27.550	-	-
Empréstimo BDMG	Jan, 2014	8,05%	-	-	-	3.376	2.800	2.567
Juros			-	-	-	19.721	3.309	1.686
		-	-			64.999	180.461	68.434
Moeda estrangeira (em dólares norte- americanos):								
Capital de giro	Ago, 2010	2,68%	-	-	-	83.803	-	-
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves (PDP I)	Fev, 2010	-	-	111.585	697.719	-	111.585	697.719
Empréstimo para adiantamento para aquisição de aeronaves (PDP II)	Dez, 2010	2,74%	-	131.836	-	-	131.836	-
Empréstimo IFC	Jul, 2013	4,15%	-	-	-	13.885	14.510	19.475
FINIMP	Jun, 2011	2,69%	-	-	-	2.718	-	-
Juros			34.229	16.570	21.401	33.969	16.624	23.876
		-	34.229	259.991	719.120	134.375	274.555	741.070
		-	34.229	259.991	719.120	199.374	455.016	809.504
Arrendamento Financeiro	Dez, 2021	•				146.634	136.679	157.948
Total circulante		-	34.229	259.991	719.120	346.008	591.695	967.452
		=						
Não circulante:								
Moeda nacional:								
BNDES	Jul, 2012	8,66%	-	-	-	8.372	22.725	36.633
BNDES – Repasse Safra	Mar, 2014	11,46%	-	-	-	70.934	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

BDMG	Jan, 2014	8,05%	-	-	-	27.332	10.056	12.593
Debêntures	Set, 2015	12,63%	-	-	-	593.870	374.045	-
			-	-	-	700.508	406.826	49.226
Moeda estrangeira (em dólares								
norte-americanos)								
Empréstimo IFC	Jul, 2013	4,15%	-	-	-	27.770	43.530	77.900
Bônus sênior I	Abr, 2017	7,50%	372.494	387.111	516.685	347.501	360.993	481.630
Bônus sênior II	Jul,2020	9,25%	487.887	-	-	487.887	-	-
Bônus perpétuos	-	8,75%	332.935	346.644	463.545	297.944	310.079	414.468
		-	1.193.316	733.755	980.230	1.161.102	714.602	973.998
		_	1.193.316	733.755	980.230	1.861.610	1.121.428	1.023.22
Arrendamento Financeiro	Dez, 2021		-	-	-	1.533.470	1.420.739	1.429.21
Total não circulante		-	1.193.316	733.755	980.230	3.395.080	2.542.167	2.452.43
		-	1.227.545	993.746	1.699.350	3.741.088	3.133.862	3.419.88
		=						

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo para os próximos exercícios são contados a partir de 1º de janeiro à 31 de dezembro do ano subsequente, são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Controladora (BR GAAP)

	2012	2013	2014	2015	2015	Total
Moeda estrangeira						
(em dólares norte-americanos):						
Bônus senior I	-	-	-	-	372.494	372.494
Bônus senior II	-	-	-	-	487.887	487.887
Bônus perpétuos	-	-	-	-	332.935	332.935
Total	-	-	-	-	1.193.316	1.193.316

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

					Após	
	2012	2013	2014	2015	2015	Total
Moeda nacional:						
Empréstimo BNDES	8.372	-	-	-	-	8.372
Empréstimo -Safra	28.899	28.899	13.136	-	-	70.934
Empréstimo BDMG e BDMG II	3.273	6.381	4.394	4.119	9.165	27.332
Debêntures	-	-	-	593.870	-	593.870
	40.544	35.280	17.530	597.989	9.165	700.508
Moeda estrangeira						
(em dólares norte-americanos):						
IFC	13.885	13.885	-	-	-	27.770
Bônus senior I	-	-	-	-	347.501	347.501

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Bônus senior II	-	-	-	-	487.887	487.887
Bônus perpétuos	-	-	-	-	297.944	297.944
	13.885	13.885	-		1.133.332	1.161.102
Total	54.429	49.165	17.530	597.989	1.142.497	1.861.610

Capital de giro

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía USD50.000, equivalente a R\$83.803 (R\$160.000 em 31 de dezembro de 2009 e R\$50.000 em 01 de janeiro de 2009) em capital de giro com uma instituição financeira. Junto com o empréstimo, houve a contratação de uma operação de swap, alterando o custo efetivo do empréstimo para 118% do CDI-over, em moeda nacional (10,89% em 31 de dezembro de 2009 e 15% em 01 de janeiro de 2009).

Empréstimo BNDES (Direto)

Em 31 de julho de 2006, a Companhia contratou o financiamento do BNDES Direto com o principal objetivo de ampliação das instalações do Centro de Manutenção de Confins, aquisição de equipamentos e materiais nacionais, a aquisição de softwares nacionais, a customização de softwares realizada no país e a capacitação técnica e gerencial de pessoal, visando o crescimento de sua participação no mercado de aviação civil. A taxa média ponderada para este empréstimo em moeda nacional em 31 de dezembro de 2010 foi de 8,66% (8,90% em 31 de dezembro de 2009 e 8,90% em 01 de janeiro de 2009). Em 31 de dezembro, o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$14.352 e R\$8.372 (R\$14.352 e R\$22.725 em 31 de dezembro de 2009 e R\$14.181 e R\$36.633 em 01 de janeiro de 2009). O financiamento exige como garantia títulos de certificado de depósito bancário no valor mínimo de R\$8.000 reconhecido como caixa restrito.

<u>Empréstimo BNDES Repasse – Banco SAFRA</u>

Em 31 de março de 2010, a VRG contratou com o Banco Safra uma linha de crédito no valor total de R\$44.436 com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) através de seu programa indireto de repasse "Finame Moderniza BK". Os recursos serão destinados à modernização de turbinas em oficinas nacionais especializadas. O empréstimo tem prazo de 48 meses com seis meses de carência e o principal será

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

amortizado mensalmente. O pagamento mensal juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,50% a.a.. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não possuía valores em garantia referente a esta linha de crédito.

Em 26 de maio de 2010, foi liberada para a VRG junto ao Banco Safra R\$23.000 cujo valor é referente à segunda parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social através de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em maio de 2014, o contrato afirma 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a..

Em 27 de setembro de 2010, foi liberada para a VRG junto ao Banco Safra R\$33.705 cujo valor é referente à terceira parte da linha de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social através de seu programa indireto de repasse "Finame moderniza BK". A captação tem prazo de 48 meses vencendo em setembro de 2014, o contrato afirma 6 meses de carência e principal amortizado mensalmente. O pagamento mensal de juros é calculado com base na TJLP acrescido de 5,5% a.a. Em 31 de dezembro de 2010 o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$27.550 e R\$70.934.

Empréstimo BDMG

Em 29 de fevereiro de 2010, a VRG, firmou nova captação junto ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no valor de R\$ 20.000 que também será utilizado no financiamento da expansão do Centro de Manutenção de Aeronaves no Aeroporto Internacional de Confins em Minas Gerais e na construção da Oficina de Freios situado no aeroporto internacional Tancredo Neves em Lagoa Santa, Minas Gerais. O empréstimo tem um prazo total de oito anos com carência de 36 meses e juros calculados com base no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acrescido de 6% a.a. O empréstimo é amortizado mensalmente no período de 60 meses. O financiamento exige como garantia títulos de certificado de depósito bancário no valor mínimo de R\$26.500 reconhecido como caixa restrito. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$3.376 e R\$27.332 (R\$2.800 e R\$10.056 em 31 de dezembro de 2009 e R\$2.567 e R\$12.593 em 01 de janeiro de 2009).

Empréstimo FINIMP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2010, a VRG possuía o montante de R\$2.718 (US\$1.655) com recursos oriundos do Banco do Brasil. Os recursos serão destinados ao financiamento de importação de peças e componentes aeronáuticos. O empréstimo tem prazo de um ano e a amortização tanto do principal como dos juros ocorrerá na data do vencimento em 14 de junho 2011. A taxa incidente sobre esta operação é de Libor mais 1,5%.

Empréstimo IFC

Em julho de 2006, a Companhia por meio de sua controlada VRG, firmou contrato de empréstimo com taxa variável garantida junto ao International Finance Corporation (IFC) no valor de R\$108.000 (US\$50.000). O financiamento está sendo utilizado para aquisição de peças de reposição e para capital de giro. O financiamento tem prazo de seis anos com juros calculados com base na Libor acrescida de 1,875% a.a. e tem garantia de penhor de peças e equipamentos semestrais de R\$7.256 (US\$4.167) no período de 6 meses. Em julho de 2009, a Companhia renegociou o contrato da dívida modificando a taxa de juros de Libor mais 1,875% a.a. para Libor mais 3,75% a.a.. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo circulante e no passivo não circulante era de R\$13.885 e R\$27.770 (R\$14.510 e R\$43.530 em 31 de dezembro de 2009 e R\$19.475 e R\$77.900 em 01 de janeiro de 2009).

<u>Debêntures</u>

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia aprovou a quarta emissão pública de 600 debêntures simples não conversíveis em ações, em série única emitida pela VRG com garantia da Companhia, e sem garantia real, no valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$600.000. Esta emissão tem a finalidade de pagar antecipadamente a terceira emissão ocorrida em maio de 2009 e suprir a necessidade de capital de giro da VRG. Os custos de emissão foram R\$6.453, que compõem o montante líquido captado de R\$593.547. O prazo de vencimento das debêntures é de cinco anos a contar da data de emissão e sua amortização será realizada integralmente em 30 de setembro de 2015. As debêntures são remuneradas a uma taxa de juros de 118% do CDI. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$593.870 (R\$374.045 em 31 de dezembro de 2009).

Esta emissão está sujeita ao resgate antecipado total ou parcial por parte de sua emissora a qualquer momento e a seu critério, com pagamento do prêmio de 1,1% calculado conforme determina sua escritura.

Bônus Sênior

Em 22 de março de 2007, a Companhia por meio de sua controlada Finance, emitiu bônus sênior no valor de R\$463.545 (US\$225 milhões) com garantia fidejussória da Companhia e da VRG. Os bônus sênior tem vencimento em 2017, com juros de 7,50%a.a. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar os pré-pagamentos para

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários obtidos com garantia de U.S Exim Bank. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$347.502 (bônus sênior I) (R\$360.993 em 31 de dezembro de 2009 e R\$481.630 em 01 de janeiro de 2009).

Em 13 de julho de 2010, a Companhia por meio de sua controlada Finance, captou recursos mediante emissão de bônus sênior denominados em dólares norte-americanos no montante de R\$525.510 (US\$ 300 milhões) na data da captação, com vencimento em 2020, juros de 8,50% a.a. e possuem garantia fidejussória da Companhia e da VRG. Os custos de emissão foram R\$12.635, que compõem o montante líquido captado de R\$512.875. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento de dívidas com vencimento nos próximos três anos. Os bônus sênior poderão ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da data de emissão. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$487.887 (bônus sênior II).

Bônus Perpétuos

Em 05 de abril de 2006, a Companhia, por meio de sua controlada Finance, captou recursos mediante emissão de bônus perpétuos denominados em dólares norte-americanos no valor nominal de R\$426.880 (US\$200 milhões) na data da captação com garantia fidejussória da Companhia e da VRG. Os bônus perpétuos não tem vencimento determinado, podendo ser resgatados pelo valor de face após o decurso de cinco anos da emissão, com juros de 8,75% a.a.. Os recursos captados estão sendo utilizados para financiar a aquisição de aeronaves em complemento aos recursos próprios e aos financiamentos bancários com garantia do U.S. Exim Bank. Em 31 de dezembro de 2010, o montante registrado no passivo não circulante era de R\$297.944 (R\$310.079 em 31 de dezembro de 2009 e R\$414.468 em 01 de janeiro de 2009).

Os valores justos dos bônus sênior e perpétuos, em 31 de dezembro de 2010, refletindo o reajuste frequente das cotações de mercado desses instrumentos, com base na taxa de câmbio em vigor na data do encerramento do balanço são conforme segue:

	Controladora	(BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
-	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado		
Bônus sênior (I e II)	860.381	896.280	835.389	896.280		
Bônus perpétuos	332.935	323.943	297.944	323.943		

Arrendamentos mercantis financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro estão denominados em dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2010 estão detalhados a seguir:

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009			222.222
2010	-	207.877	221.904
2011	227.174	206.823	220.906
2012	227.174	204.907	219.188
2013	227.174	204.053	219.188
2014	227.174	204.053	215.348
2015	219.576	204.053	215.348
Após 2015	935.450	771.817	555.178
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.063.722	2.003.583	2.089.282
Menos total de juros	(383.618)	(446.165)	(502.121)
Valor presente dos pagamentos mínimos de			
arrendamentos	1.680.104	1.557.418	1.587.161
Menos parcela de curto prazo	(146.634)	(136.679)	(157.948)
Parcela de longo prazo	1.533.470	1.420.739	1.429.213

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 6,23% em 31 de dezembro de 2010 (6,64% em 31 de dezembro de 2009 e 7,92% em 01 de janeiro de 2009). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves arrendadas para 15 anos por meio da utilização da estrutura SOAR (mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2010 os valores dos saques realizados para pagamento integral

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$37.407 (R\$24.617 em 31 de dezembro de 2009 e R\$13.556 em 01 de janeiro de 2009).

Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas em seus contratos de financiamento com as seguintes instituições financeiras: IFC, BNDES, Banco do Brasil e Debêntures.

A Companhia e suas controladas atingiram os parâmetros mínimos estabelecidos junto a todas as instituições financeiras para os índices requeridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

17. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transportes a executar classificados no passivo circulante de R\$517.006 (R\$561.347 e R\$572.573 em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, respectivamente) é representado por 2.270.720 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados com prazo médio de utilização de 95 dias (96 e 80 dias em 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009, respectivamente).

18. Programa de milhagem

Desde a aquisição da VRG, a Companhia opera um programa de milhagem denominado Smiles ("Programa Smiles"), que consiste no ganho de créditos de milhas pelos participantes para utilização em viagens. As obrigações assumidas decorrentes do Programa Smiles foram avaliadas na data de aquisição da VRG ao valor justo que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação de milhas que se espera que sejam resgatadas no Programa Smiles.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de receita diferida Smiles é de R\$26.200 e R\$181.456 classificado no passivo circulante e não circulante, respectivamente (R\$92.541 e R\$221.414 em 31 de dezembro de 2009 e R\$90.043 e R\$262.626 em 01 de janeiro de 2009).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

19. Adiantamento de clientes

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia por meio de sua subsidiária VRG concluiu uma parceria com o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. por meio de um Acordo Operacional para emissão e administração de cartões de crédito no formato "co-branded", relativos à compra de milhas do programa de milhagem, direito de acesso e de utilização do cadastro de clientes do programa e mais um adicional pela remuneração variável condicionada ao direito de acesso e de utilização do cartão de seus clientes pelas instituições financeiras e participação no faturamento registrados nos cartões emitidos pelo prazo de 5 anos, totalizando aproximadamente R\$481 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo registrado na rubrica de adiantamento de clientes no passivo circulante referente a este acordo é correspondente a R\$16.484 e no passivo não circulante de R\$33.262.

Em 27 de julho de 2009 a Companhia por meio de sua subsidiária VRG, firmou um acordo comercial com a Operadora e Agência de Viagens CVC Tur Ltda. ("CVC"), pelo prazo de 6 meses no valor de R\$50.000, para habilitação de venda aos seus clientes de passagens aéreas de vôos operados pela VRG, que se prolongou através de um aditivo. Este foi substituído pelo contrato firmado em 08 de junho de 2010 no valor de R\$50.000, para venda de fretamentos nacionais e internacionais. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo registrado na rubrica de adiantamento de clientes no passivo circulante, referente a este acordo é correspondente a R\$8.097.

20. Obrigações Fiscais

	Contr	Controladora (BR GAAP)			dado (IFRS e BI	(IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/0 9	31/12/10	31/12/09	01/01/09		
PIS e COFINS	-	-	-	83.857	63.971	50.756		
REFIS	10.257	10.257	-	38.166	38.166	-		
IOF	125	13.307	-	125	13.415	-		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

IRRF sobre salários	5	-	-	20.895	8.855	4.166
CIDE	5	101	-	354	4.593	-
ICMS	-	-	-	3.581	2.121	8.421
Imposto sobre						
importação	-	-	-	3.712	2.455	2.383
Outros	10	66	2.241	7.222	12.343	14.934
	10.402	23.731	2.241	157.912	145.919	80.660
Circulante	719	14.048	2.241	58.197	57.277	39.605
Não-circulante	9.683	9.683	-	99.715	88.642	41.055

PIS e COFINS

Com o início da sistemática da não-cumulatividade na apuração do PIS (Lei nº 10.637/02) e da COFINS (Lei nº 10.833/03), a controlada VRG passou a aplicar as referidas regras, bem como questionar, junto ao Poder Judiciário, a aplicação da alíquota para cálculo destas contribuições. A provisão registrada no balanço em 31 de dezembro de 2010 no valor de R\$83.857 (R\$63.971 em 31 de dezembro de 2009) inclui a parcela não recolhida, atualizada monetariamente pela taxa SELIC. Existem depósitos judiciais no montante de R\$66.963 (R\$49.518 em 31 de dezembro de 2009) para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS)

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e sua controlada VRG protocolaram sua adesão ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais (REFIS), conforme previsto na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, incluindo todos os seus débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com vencimentos até 30 de novembro de 2008.

A Administração optou pelo pagamento dos débitos no montante de R\$11.610 para a GLAI e 35.012 para a VRG em 180 parcelas. Essa modalidade de pagamento oferece reduções de 60% (sessenta por cento) dos valores relativos a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

multa de ofício e de mora, 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e 20% (vinte por cento) de multas isoladas, reduzindo o valor do débito para R\$10.257 e R\$27.909 para a GLAI e VRG, respectivamente.

A consolidação dos débitos está prevista para o mês de junho de 2011, conforme Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2/2011, e quando de tal consolidação a Companhia e sua controlada VRG utilizarão parte de seus créditos fiscais relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para liquidação dos valores relativos a juros e multas no montante de R\$1.645 e R\$9.032 para a GLAI e VRG, respectivamente.

21. Provisões

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	Provisão para seguros	Devolução de aeronaves	Contratos onerosos	Processos judiciais	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2009	139.409	102.615	8.250	72.323	322.597
Provisões adicionais reconhecidas	-	13.113	2.080	13.000	28.193
Provisões realizadas	(96.777)	(95.936)	-	(13.469)	(206.182)
Reversão por processos ganhos	-	-	-	(1.515)	(1.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	42.632	19.792	10.330	70.339	143.093
Provisões adicionais reconhecidas	70.373	37.733	_	18.842	126.948
Provisões realizadas	(81.935)	(24.237)	(445)	(18.545)	(125.162)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	31.070	33.288	9.885	70.636	144.878
Em 01 de janeiro de 2009					
Circulante	76.870	80.167	8.250	-	165.287
Não circulante	62.539	22.448	-	72.323	157.310
	139.409	102.615	8.250	72.323	322.597
Em 31 de dezembro de 2009					
Circulante	42.632	19.792	3.835	-	66.259

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

-	-	6.495	70.339	76.834
42.632	19.792	10.330	70.339	143.093
31.070	21.228	3.669	-	55.967
-	12.060	6.216	70.636	88.911
31.070	33.288	9.885	70.636	144.878
	42.632 31.070	31.070 21.228 - 12.060	42.632 19.792 10.330 31.070 21.228 3.669 - 12.060 6.216	42.632 19.792 10.330 70.339 31.070 21.228 3.669 - - 12.060 6.216 70.636

Provisão para seguros

A Administração mantém cobertura de seguros de aeronaves por montantes que considera necessários para fazer face aos eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade, observando os limites fixados nos contratos de arrendamento, com base nos dispositivos exigidos da Lei nº. 10.744/03. Em 2009 o saldo também incluía provisões relacionadas ao acidente da aeronave da Gol do voo 1907 em 29 de setembro de 2006 e saldos a pagar de seguros de aeronaves.

Devolução de aeronaves

O custo de devoluções inclui provisões para os custos que atendem às condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional.

Contratos onerosos

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia mantém uma provisão de R\$9.885 sendo R\$3.670 classificada no passivo circulante e R\$6.216 no passivo não circulante (R\$10.330 em 31 de dezembro de 2009 e R\$8.250 em 01 de janeiro de 2009) referente às perdas com contratos de arrendamentos mercantis operacionais de duas aeronaves modelo Boeing 767-300 que se encontram fora de operação e estão mantidas sob arrendamento operacional. A provisão corresponde ao valor líquido entre o valor presente das parcelas dos respectivos arrendamentos e a receita esperada pela utilização dessas aeronaves na operação ou por meio de subarrendamentos, quando aplicável. As premissas utilizadas são estimativas e a liquidação dessas transações poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados pela Companhia. Os prazos desses contratos de arrendamento variam entre 2 e 4 anos.

Processos judiciais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos, na totalidade de 15.947 conforme a seguinte distribuição: 8.756 processos cíveis judiciais, 1.379 procedimentos cíveis administrativos e 5.747 processos judiciais trabalhistas, sendo 65 trabalhistas administrativos.

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente à ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos de voos, cancelamentos de voos, extravios de bagagens e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, principalmente em discussões relacionadas a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os processos judiciais são classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da antiga Varig S.A.). Conforme essa classificação, a quantidade dos processos segue a seguinte distribuição:

	Operação	Sucessão	Total
Cíveis judiciais	8.087	669	8.756
Cíveis administrativos	1.347	32	1.379
Trabalhistas judiciais	1.391	4.356	5.747
Trabalhistas administrativos	63	2	65
Total	10.888	5.059	15.947

Os valores das provisões relativos aos processos cíveis e trabalhistas, com perda provável estão demonstrados a seguir:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Cíveis	29.786	35.524	20.898
Trabalhistas	40.850	34.815	51.425
	70.636	70.339	72.323

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado em 31 de dezembro de 2010, de R\$10.681 para as ações cíveis e R\$7.530 para as ações trabalhistas (R\$54.823 e R\$1.731 em 31 de dezembro de 2009, e R\$20.898 e R\$51.425 em 01 de janeiro de 2009, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

A Companhia é parte em quatro ações trabalhistas na França decorrentes de dívidas da antiga Varig S.A. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia obteve sentença favorável (decisão de primeira instância) a não sucessão. O valor envolvido nas discussões, não provisionado, é de aproximadamente R\$4.676 (correspondendo a €2,1 milhões).

A Companhia está discutindo judicialmente a não incidência de ICMS nas importações das aeronaves e motores sob a modalidade de arrendamento sem opção de compra nas operações realizadas com arrendadores sediados em país estrangeiro. No entendimento da Administração da Companhia essas operações consubstanciam-se em mera locação, sendo expressa a obrigação contratual quanto à devolução do bem objeto do contrato. A administração entende que a ausência da caracterização de circulação de mercadoria, não origina, portanto, o fato gerador do ICMS.

O valor estimado agregado das disputas judiciais em andamento referente a não incidência de ICMS nas importações mencionadas anteriormente, é de R\$193.173 em 31 de dezembro de 2010 (R\$210.164 em 31 de dezembro de 2009 e R\$201.760 em 01 de janeiro de 2009) atualizados monetariamente e não incluindo encargos moratórios. A Administração, com base na avaliação do tema pelos seus assessores legais e amparada em ações de mesma natureza julgadas favoravelmente aos contribuintes pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) no segundo trimestre de 2007, entende que as chances de perda são remotas e, portanto, não foi constituída provisão para os referidos valores.

Embora o resultado dessas ações e processos não possa ser previsto, na opinião da Administração amparada por consultas aos seus assessores jurídicos externos, o julgamento final dessas ações não terá um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social está representado por 270.336.668 ações, sendo 137.032.734 ações ordinárias e 133.303.934 ações preferenciais. O Fundo de Investimento em Participações Volluto (antigo Fundo de Investimento em Participações ASAS) é o acionista controlador da Companhia com participações igualitárias do Constantino de Oliveira Júnior, Henrique Constantino, Joaquim Constantino Neto e Ricardo Constantino.

A composição acionária é como segue:

	31/12/10			31/12/09			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Fundo Volluto	100,00%	26,98%	63,99%	100,00%	26,96%	63,64%	
Outros	-	1,42%	0,70%	-	1,57%	0,78%	
Ações em tesouraria	-	0,34%	0,17%	-	0,34%	0,17%	
Alliance Bernstein L.P.	-	6,38%	3,15%	-	-	-	
Mercado	-	64,88%	31,99%	-	71,13%	35,41%	
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$4 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Por definição do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência, ou ser reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações preferenciais, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. É vedada a emissão de partes beneficiárias nos termos do estatuto social da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto quanto à ocorrência de fatos específicos estabelecidos em lei. Essas ações têm como preferência: prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e direito de serem incluídas na oferta pública em decorrência de alienação de controle, ao mesmo preço pago por ação do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. Adicionalmente, as Práticas de Governança Corporativa Diferenciadas — Nível 2 da BM&FBOVESPA, providenciam a concessão de direitos de voto a detentores de ações preferenciais em matérias ligadas a reestruturações corporativas, fusões e transações com partes relacionadas.

Durante o exercício de 2010 foram integralizados os seguintes aumentos de capital:

	Total	
Data	R\$	Natureza
02 de fevereiro (a)	306	Exercício de opção de ações
11 de março (b)	83	Exercício de opção de ações
05 de maio (c)	119.066	Emissão privada de ações
05 de maio (d)	82	Exercício de opção de ações
09 de agosto (e)	65	Exercício de opção de ações
02 de setembro (f)	7	Exercício de opção de ações
09 de novembro (g)	861	Exercício de opção de ações
20 de dezembro (h)	348	Exercício de opção de ações
29 de dezembro	43	Exercício de opção de ações em homologação
Total	120.861	

- (a) Em reunião do Conselho de Administração de 02 de fevereiro de 2010, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$540, mediante a emissão de 52.182 ações preferenciais decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do plano de opções, das quais o montante de R\$234 já havia sido aumentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.
- (b) Em reunião do Conselho de Administração de 11 de março de 2010, foi deliberado o aumento de capital no

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

valor de R\$83, mediante a emissão de 7.980 ações preferenciais decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do plano de opções.

- (c) Em reunião do Conselho de Administração de 5 de maio de 2010 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$119.066, tendo sido emitidas 4.883.756 ações, sendo 3.833.076 ações ordinárias e 1.050.680 ações preferenciais todas nominativas, escriturais, sem valor nominal. O preço de emissão das ações ordinárias e preferenciais foi fixado em R\$24,38 por ação ordinária e preferencial, fixado com base na cotação das ações de emissão da Companhia na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), no dia 5 de maio de 2010.
- (d) Em reunião do Conselho de Administração de 05 de maio de 2010, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$82, mediante a emissão de 7.750 ações preferenciais decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do plano de opções.
- (e) Em reunião do Conselho de Administração de 09 de agosto de 2010, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$65, mediante a emissão de 6.011 ações preferenciais decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do plano de opções.
- (f) Em reunião do Conselho de Administração de 02 de setembro de 2010, foi deliberado o aumento de capital no valor de R\$7, mediante a emissão de 660 ações preferenciais decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do plano de opções.
- (g) Em 09 de novembro de 2010, nosso Conselho de Administração aprovou um aumento de capital no valor de R\$ 861, mediante a emissão de 77.243 ações preferenciais, decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do Plano de Opções.
- (h) Em 20 de dezembro de 2010, nosso Conselho de Administração aprovou um aumento de capital no valor de R\$348, mediante a emissão de 21.548 ações preferenciais, decorrente do exercício de opção de compra de ações concedidas no âmbito do Plano de Opções.

Em consequência, em 31 de dezembro de 2010 o nosso capital social passou a ser de R\$2.315.655, representativos de 270.336.668 ações, sendo 137.032.734 ações ordinárias e 133.303.934 ações preferenciais.

No dia 9 de junho de 2010, foi anunciada a aquisição de 8.748.869 (oito milhões, setecentas e quarenta e oito mil, oitocentas e sessenta e nove) ações preferenciais de emissão da Companhia pelo acionista Alliance Bernstein L.P. e sua afiliada AXA Investment Managers, e que totalizam 6,57% do total das ações de tal classe. Tratou-se de um investimento minoritário que não alterou a composição do controle ou a estrutura administrativa da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A cotação das ações da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A., em 31 de dezembro de 2010, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, correspondeu a R\$25,10 e US\$15,38 na New York Stock Exchange – NYSE. O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2010 é de R\$10,83 (R\$10,71 e R\$6,45 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente).

b) Reserva de Lucros

De acordo com a legislação societária brasileira e o Estatuto Social da Companhia, é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social após realização de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 11.638/07, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2010, foi constituída reserva legal de R\$10.710 e o saldo nessa mesma data é de R\$49.833 (R\$39.123 em 31 de dezembro de 2009).

c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado. A legislação brasileira permite o pagamento de dividendos em dinheiro somente de lucros retidos não apropriados e certas reservas registradas nos registros contábeis da Companhia.

Em 16 de abril de 2010, a Companhia pagou dividendos no montante de R\$185.839, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração datada de 11 de março de 2010, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as demonstrações financeiras estatutárias da Companhia preparadas de acordo com o BR GAAP apresentaram um lucro líquido de R\$214.197 (R\$890.832 em 31 de dezembro de 2009).

O lucro base para fins de determinação do dividendo por ação e os dividendos propostos foram calculados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	2010
Lucro líquido do exercício	214.197
(-) Constituição de reserva legal (5%)	(10.710)
Lucro base para determinação do dividendo mínimo obrigatório	203.487
Dividendos propostos (25%)	50.873
Dividendo por ação	0,19

d) Ações em tesouraria

Em 9 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 1.119.775 ações preferenciais mantidas em tesouraria, pelo montante de R\$29.293 registrada contra a conta de reserva. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui 454.425 ações em tesouraria, totalizando R\$11.887, com valor de mercado de R\$11.792 (R\$11.887 em ações com valor de mercado de R\$11.851 em 31 de dezembro de 2009).

e) Remuneração baseada em ações

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia registrou uma despesa com remuneração baseada em ações no montante de R\$24.743 e R\$4.540 respectivamente, sendo a contrapartida na demonstração de resultado como custo com pessoal.

f) Outros resultados abrangentes

A marcação a valor justo das aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, líquido dos efeitos tributários, até o vencimento dos contratos. O saldo em 31 de dezembro de 2010 corresponde a um ganho de R\$11.073 (ganho de R\$818 em 31 de dezembro de 2009).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

23. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10		31/12/09		31/12/10					31/12/	09
-	Despesas adminis- trativas	%	Despesas adminis- trativas	%	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas adminis- trativas	Total	%	Total	%
n pessoal	26.373	70,0	7.746	35,5	1.027.661	84.908	139.833	1.252.402	19,9	1.100.953	19,6
nbustíveis e lubrificantes	-	-	-	-	2.287.410	-	-	2.287.410	36,4	1.813.104	32,2
endamento de aeronaves	-	-	-	-	555.645	-	-	555.645	8,8	650.683	11,6
terial de manutenção e reparo	-	-	-	-	422.950	-	-	422.950	6,7	417.212	7,4
stação de serviços	6.414	17,0	8.136	37,3	215.574	55.036	159.911	427.853	6,8	381.721	6,8
nerciais e publicidade	246	0,7	200	0,9	-	367.757	-	367.757	5,9	364.551	6,5
fas de pouso e decolagem	-	-	-	-	331.883	-	-	331.883	5,3	312.637	5,6
reciação e amortização	89	0,2	89	0,4	279.752	-	1.852	281.604	4,5	142.853	2,5
ras despesas	4.566	12,1	5.660	25,9	256.009	92.418	-	353.826	5,7	441.014	7,8
-	37.688	100,0	21.831	100,0	5.376.884	602.850	301.596	6.281.330	100,0	5.624.728	100,0

Em 31 de dezembro de 2010, os custos com combustíveis incluem ganhos de R\$215 (perdas de R\$8.045 em 31 de dezembro de 2009), decorrentes de resultados com instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de combustíveis expirados e mensurados como efetivos para proteger os custos das flutuações do preço dos combustíveis, conforme descrito na nota nº 26.

24. Receita de vendas

a) A receita líquida de vendas para o período possui a seguinte composição:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09
Transporte de Passageiros	6.500.784	5.543.425
Transportes de cargas e outras	802.632	754.504
Receita bruta	7.303.416	6.297.929
Impostos incidentes	(323.969)	(272.547)
Receita líquida	6.979.447	6.025.382

As receitas são líquidas de certos impostos, incluindo impostos estaduais e outros impostos federais e estaduais que são recolhidos dos clientes e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

b) As receitas por segmento geográfico são como segue:

	31/12/10	%	31/12/09	%
Doméstico	6.548.069	93,8%	5.661.101	94,0%
Internacional	431.378	6,2%	364.281	6,0%
Receita líquida	6.979.447	100,0%	6.025.382	100,0%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

25. Compromissos

A Companhia possui contrato com a Boeing para aquisição de aeronaves. Em 31 de dezembro de 2010 existem 110 pedidos firmes, 10 direitos de compra e 40 opções de compra concedidas em caráter não oneroso. O valor aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$16.427.824 (correspondendo a US\$9.859.455). Os compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção.

Em até um ano, serão feitos adiantamentos para 19 aeronaves, que possuem previsão de entrega até dezembro de 2013. Em 31 de dezembro de 2010 esses adiantamentos representam compromissos no montante de R\$1.943.880.

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves pelo Ex-Im Bank dos Estados Unidos ("Exim") corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

Apresentamos a seguir um resumo dos pagamentos relativos aos compromissos com aquisições de aeronaves para os próximos anos contados a partir de 1º de janeiro à 31 de dezembro de cada ano:

						Após		
	2011	2012	2013	2014	2015	2015	Total	A Companhia
Adiantamentos para aquisição de aeronaves	191.170	401.956	478.754	444.057	360.904	67.038	1.943.880	arrenda toda sua frota de
Compromissos de compra de aeronaves	882.928	386.033	2.107.445	3.380.662	2.944.649	6.726.108	16.427.824	aeronaves por meio de uma
Total	1.074.098	787.989	2.586.199	3.824.719	3.305.553	6.793.146	18.371.704	combinação de arrendamentos

mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2010, a frota total era composta de 125 aeronaves, dentre as quais 86 eram arrendamentos mercantis operacionais e 39 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros. A Companhia possui 33 aeronaves financeiras que possuem opção de compra. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia recebeu 6 aeronaves com base em contratos de arrendamento mercantil financeiro, houve devolução de 5 aeronaves 737-800, 3 aeronaves 737-300 e existem 4 aeronaves 737-300 que estão em processo de devolução.

a) Arrendamentos mercantis operacionais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacional não canceláveis estão denominados em dólares norte-americanos e em 31 de dezembro de 2010 essas obrigações estão demonstradas como segue:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2009	-	-	673.520
2010	-	515.936	592.014
2011	222.891	489.655	574.701
2012	224.343	466.315	532.256
2013	225.841	402.497	449.289
2014	226.791	245.792	247.954
2015	221.488	134.582	108.706
Após 2015	984.366	243.794	106.746
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	2.105.720	2.498.571	3.285.186

b) Transações com sale-leaseback

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía os montantes de R\$7.564 e R\$23.495, respectivamente, na rubrica de outras obrigações do passivo circulante e não circulante (R\$7.172 e R\$29.653 em 31 de dezembro de 2009), correspondente a ganhos com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc., realizadas em 2006, de oito aeronaves 737-800 *Next Generation*. Esse ganho está sendo diferido proporcionalmente aos pagamentos mensais dos respectivos arrendamentos mercantis operacionais pelo prazo contratual de 124 meses.

Nesta mesma data, possuía na rubrica de despesa antecipada no ativo circulante e não circulante os montantes de R\$9.373 e R\$54.201, respectivamente (R\$\$9.373 e R\$63.574 em 31 de dezembro de 2009), correspondente a perdas com transações de *sale-leaseback* realizadas por meio de sua subsidiária GAC Inc. de nove aeronaves, durante os anos de 2007, 2008 e 2009,

que estão sendo diferidas e amortizadas proporcionalmente aos pagamentos dos respectivos arrendamentos mercantis pelo prazo contratual de 120 meses.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apurou o total de R\$17.765 de ganhos e R\$3.155 de perdas, reconhecidos diretamente no resultado do exercício, pois de acordo os cálculos para apuração de ganhos e perdas com *sale-leaseback*, estes resultados não puderam ser diferidos, pois não se compensavam ao longo do contrato de arrendamento mercantil.

26. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações em instrumentos financeiros ativos e passivos, sendo que parte desses instrumentos financeiros são instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados com a finalidade de proteção (*hedge*) dos riscos inerentes à operação. A Companhia e suas controladas consideram como riscos mais relevantes o preço de combustível, a taxa de câmbio e a taxa de juros, bem como o risco de crédito associado as suas operações. Estes riscos são mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros feita pela administração tem uma diretriz formal, em consonância com a Política de Gestão de Riscos, determinada periodicamente pelo Comitê de Políticas Financeiras e de Riscos e submetida ao Conselho de Administração. O Comitê estabelece as diretrizes e limites, e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

Os valores justos de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são determinados por meio de informações disponíveis no mercado e conforme metodologias de avaliação.

A maioria dos instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção contra os riscos de combustíveis e de taxa de câmbio possuem cenários com baixa probabilidade de ocorrência e, portanto, têm custos mais baixos em comparação com outros instrumentos cuja probabilidade de ocorrência é maior. Por conseqüência, apesar da alta correlação entre o objeto protegido e os instrumentos financeiros derivativos contratados, uma significativa parte das operações apresenta resultados inefetivos no momento de sua liquidação, as quais estão apresentadas nas tabelas ao decorrer desta nota.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

As descrições dos saldos contábeis consolidados e as categorias dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão identificadas a seguir:

						valor justo mas não do resultado	
	Mensurados a valor justo por		Mensurad	Mensurados ao custo		do resultado	
	meio do r	esultado	amorti	zado (a)	(Ativos disponíveis para venda)		
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09	
Ativos							
Caixa e equivalente de caixa	1.955.858	1.382.408	-	-	-	-	
Aplicações financeiras	-	-	-	-	22.606	40.444	
Caixa restrito	34.500	26.084	-	-	-	-	
Perdas em operações com derivativos	3.600	24.113					
Contas a receber	-	-	303.054	519.308	-	-	
Outros créditos	-	-	50.425	60.287	-	-	
Passivos							
Empréstimos e financiamentos	-	-	3.741.088	3.133.862	-	-	
Fornecedores	-	-	215.792	362.382	-	-	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Ganhos em operações com					-	-
derivativos	1.646	-	-	-		

(a) Em razão do curto prazo entre a data de emissão e o vencimento dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que seus valores justos se aproximam dos valores contábeis.

<u>Riscos</u>

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos seguintes riscos financeiros: de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros e risco do preço do combustível), de crédito e de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia visa mitigar potenciais efeitos adversos de operações que podem afetar seu desempenho financeiro.

As decisões da Companhia sobre a parcela de suas exposições a ser protegida contra risco financeiro, tanto para consumo de combustível quanto para exposição cambial e de juros, consideram os riscos bem como os custos de proteção. A Companhia geralmente não contrata instrumentos de proteção para a totalidade de sua exposição, estando portanto, sujeita a parcela dos riscos decorrentes das variações do mercado. A parcela da exposição a ser protegida é determinada e revista trimestralmente em consonância com as estratégias determinadas no Comitê de Políticas de Risco.

As informações relevantes relativas aos principais riscos que afetam as operações da Companhia estão detalhadas a seguir:

a) Risco do preço de combustível

Em 31 de dezembro de 2010 os gastos com combustível representaram 35,8% dos custos. O preço do combustível de aeronave varia, tanto no curto quanto no longo prazo, em linha com variações no preço do petróleo cru e de seus derivados.

Para mitigar o risco de preço de combustível, a Companhia contrata derivativos referenciados principalmente a petróleo cru e, eventualmente, aos seus derivados. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia utilizava apenas contratos de opções.

As operações que envolvem *hedge de* combustível são contratadas através de bancos classificados com baixo risco (*ratings* S&P e Fitch em média A+) ou realizados na bolsa *NYMEX*, e são registradas na CETIP conforme determina a resolução 3.833/2010 do Conselho Monetário Nacional.

b) Risco de taxa de câmbio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O risco de taxa de câmbio decorre da possibilidade de variação desfavorável das moedas estrangeiras às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. A exposição dos itens patrimoniais da Companhia ao risco de moeda estrangeira decorre principalmente de arrendamentos e financiamentos em moeda estrangeira conforme detalhado na tabela abaixo.

As receitas da Companhia são predominantemente geradas em Reais, exceto uma pequena parte em Dólares, Pesos argentinos, Florim de Aruba, Bolivianos da Bolívia, Pesos do Chile, Peso da Colômbia, Guaranis do Paraguai, Pesos uruguaios, Bolívares da Venezuela entre outros.

Para mitigar o risco de taxa de câmbio a Companhia contrata os seguintes instrumentos financeiros derivativos de moeda: futuros e opções de dólar norte americano executados na bolsa BM&F-BOVESPA. Essas operações podem ser realizadas através de fundos de investimento exclusivos, conforme descrito na Política de Gestão de Riscos da Companhia.

A partir de julho de 2010, a Companhia realizou novas contratações de instrumentos derivativos com vencimentos de 90 dias, estes instrumentos foram realizados como proteção de contratos de arrendamentos financeiros em dólar, registrados no passivo. Para esta proteção a Companhia designou os contratos de derivativos como "hedge de valor justo".

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 está demonstrada a seguir:

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
-	31/12/10	31/12/09	
Ativo			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	218.909	139.287	
Depósitos de garantia de contratos de arrendamento	127.963	251.716	
Despesas antecipadas de arrendamentos	33.322	35.453	
Outros	14.679	66.823	
Total do ativo	394.873	493.279	
Passivo			
Fornecedores estrangeiros	27.831	30.077	
Empréstimos e financiamentos	1.371.323	989.157	
Arrendamentos financeiros a pagar	1.639.981	1.557.418	
Outros arrendamentos mercantis a pagar	37.407	38.708	
Outras obrigações em dólar	46.435	38.150	
Total do passivo	3.122.977	2.653.510	
Exposição cambial em R\$	2.728.104	2.160.231	
Compromissos não registrados no balanço			
Obrigações futuras decorrentes de contratos de			
arrendamento operacional	1.943.880	2.498.571	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para		
compra de aeronaves	16.427.824	12.565.036
Total	18.371.704	15.063.607
Total da exposição cambial R\$	21.099.808	17.223.838
Total da exposição cambial US\$	12.663.431	9.891.935

c) Risco de crédito

O risco de crédito é inerente das atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente representados nas rubricas de: contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, incluindo os depósitos bancários.

O risco de crédito do "contas a receber" é composto por valores a vencer das maiores operadoras de cartões de crédito, as quais possuem risco de crédito melhor ou igual ao da companhia, e também por contas a receber das agências de viagens, vendas parceladas e governamentais, ficando uma pequena parte exposta a risco de pessoas físicas ou demais entidades.

Conforme definido na Política de Gestão de Riscos, a Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição. Os instrumentos financeiros são realizados com contrapartes que possuem *rating* mínimo A. na avaliação feita pelas agências S&P e Fitch, ou, na sua grande maioria, são contratados em bolsa de valores de mercadoria e futuros (BM&FBOVESPA e *NYMEX*), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Politica de Gestão de Riscos da Companhia estabelece um limite máximo de 20% por contraparte para as aplicações financeiras.

d) Risco de taxa de juros

O resultado da Companhia está exposto às flutuações nas taxas de juros domésticas e internacionais, substancialmente ao CDI e *Libor*, respectivamente. A maior exposição está nas despesas de arrendamento mercantil, indexadas pela *Libor*, e nas dívidas locais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não detinha operação com instrumentos financeiros derivativos para hedge de taxas de juros.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez assume duas formas distintas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro está relacionado aos preços vigentes de mercado e varia de acordo com os tipos de ativos, mercados em que são negociados. Já o risco de liquidez de fluxo de caixa está relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas.

Como forma de gestão do risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos, CDBs e fundos com liquidez diária) e a Politica de Gestão de Caixa da Companhia estabelece que o prazo médio ponderado da dívida não deve exceder o prazo médio ponderado do portfolio de investimento. Em 31 de dezembro de 2010, o prazo médio ponderado dos ativos financeiros da Companhia era de 71 dias e do passivo financeiro era de 6 anos.

A Companhia utiliza para proteção dos compromissos futuros, divulgados na nota 25, instrumentos financeiros derivativos com bancos de primeira linha para fins de administração de caixa.

f) Gerenciamento de capital

A tabela abaixo demonstra a taxa de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Patrimônio total	2.929.169	2.609.986	1.071.608
Caixa e equivalentes de caixa	(1.955.858)	(1.382.408)	(169.330)
Caixa restrito	(34.500)	(26.084)	(183.286)
Aplicações financeiras	(22.606)	(40.444)	(245.585)
Empréstimos e financiamentos	3.740.725	3.133.862	3.419.889
Dívida líquida (a)	1.728.124	1.684.926	2.821.688
Capital Total (b)	4.657.293	4.294.912	3.893.296
Taxa de alavancagem (a) / (b)	37%	39%	72%

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia permanece comprometida a manter o valor de caixa e equivalentes de caixa próximo de 25% da receita líquida dos últimos doze meses, tendo atingido, nesta data, o percentual de 28%. A taxa de alavancagem financeira variou 2% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

<u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

A Companhia adota o *Hedge Accounting* e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial e risco de preço do combustível como "*hedge* de fluxo de caixa" (Cash Flow Hedge) ou como "*hedge* de valor justo" (Fair Value Hedge), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na norma internacional IAS39. Os instrumentos financeiros derivativos contratados são formalmente identificados, classificados e designados por meio de documentação e controle no momento da aquisição.

Os instrumentos financeiros derivativos foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

Descrição	Conta no balanço	2010	2009
Valor justo dos derivativos (ativo)	Outros créditos e valores	3.600	24.113
Valor justo dos derivativos (passivo)	Outras obrigações	1.646	12.118
Prêmios de opções (ativo)	Despesas antecipadas	30.154	23.190

Hedge de Fluxo de Caixa

No hedge de fluxo de caixa, a Companhia protege a variação de receita ou despesa futura proveniente das variações de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

taxa de câmbio ou do preço do combustível, e contabiliza as variações efetivas do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos no patrimônio líquido até o reconhecimento da receita ou despesa objeto do hedge.

A Companhia estima a efetividade com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas nos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos.

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação do preço no custo ou despesa protegidos.

Os saldos de variações efetivas de valor justo de derivativos designados como hedge de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no período em que o custo ou despesa objeto do hedge impacta resultado. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o custo operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do exercício.

Hedge de Valor Justo

No hedge de valor justo, a Companhia protege o resultado da mudança no valor justo de um passivo reconhecido, ou parte dele, que seja atribuído ao risco cambial. As variações do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de valor justo são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado, juntamente com as respectivas variações de valor justo do passivo objeto de hedge.

A Companhia estima a efetividade com base na proporção entre a variação do valor justo dos instrumentos derivativos utilizados como *hedge* e a variação do valor justo dos passivos protegidos.

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% da variação no valor justo dos passivos protegidos.

No caso do hedge cambial de valor justo de um passivo financeiro, a variação do valor justo do derivativo é registrada em receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem. Se o hedge é considerado efetivo até o fim do período, o saldo contábil do objeto de hedge é ajustado para refletir a variação do seu valor justo causada pelo risco coberto, com contrapartida em receita ou despesa financeira.

Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que formalmente não são designados para a contabilidade de proteção. Estas situações ocorrem quando as operações contratadas são de curto prazo, não compensando a complexidade do controle e divulgação.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui apenas um contrato não designado do tipo *swap cambial*, utilizado para proteger uma linha de crédito (capital de giro) contra oscilações do dólar americano. Para esses instrumentos derivativos a variação do valor justo é reconhecida diretamente no resultado do exercício, como receita ou despesa financeira.

a) Hedge de combustível

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em virtude da baixa liquidez dos derivativos de combustível de aviação (*Jet Fuel*) negociado em bolsas de mercadorias, a Companhia contrata derivativos de petróleo cru (*WTI – West Texas Intermediate*) para se proteger contra a oscilação do preço de combustível de aeronave. Historicamente, os preços do petróleo têm alta correlação com os preços de combustível de aviação.

Os contratos de derivativos para *hedge* de combustível são realizados na *Nymex* e em mercados de balcão (OTC), com as seguintes contrapartes: Barclays, British Petroleum, Citibank, Deutsche Bank, Goldman Sachs, Natixis, JP Morgan, MF Global e Morgan Stanley.

Em 31 de dezembro de 2010, não há ativos financeiros vinculados a margem de garantia na contratação de instrumentos derivativos de *hedge* de combustível.

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de petróleo designados como *hedge* de combustível da Companhia estão sumariados a seguir (em milhares, exceto quando indicado):

Saldo final em:	31/12/10	31/12/09
Valor justo ao final do período (R\$)	33.205	18.588
Prazo médio (meses)	4	5
Volume protegido para períodos futuros (mil barris)	2.109	1.878
Ganhos com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	10.586	-

Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	2010	2009
Ganhos com efetividade do $hedge$ reconhecidos em custos operacionais (R\$)	215	8.045
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras (R\$)	(7.666)	(122.737)
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras para competências futuras (R\$)	(43.762)	(7.602)
Total de perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas como despesas	(51.428)	(130.339)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

financeiras (R\$)		
Percentual da exposição protegida durante o período	45%	27%

A tabela a seguir demonstra o valor nominal dos derivativos designados para *hedge* contratados pela Companhia para proteger as despesas futuras de combustível, a taxa média contratada dos derivativos e percentual da exposição protegida de combustível por período de competência em 31 de dezembro de 2010:

Fator de risco de mercado: Preço do combustível Mercado de balcão

Percentual da exposição de combustível protegido	1T11 41%	2T11 27%	3T11 13%	4T11 8%	Total 21%
Volume nominal em barris (mil)	1.501	1.008	533	332	3.374
Volume nominal em litros (mil)	238.629	160.252	84.736	52.781	536.399
Taxa contratada a futuro por barril (US\$) *	90,01	95,13	93,19	92,13	92,25
Total em Reais **	225.112	159.781	82.765	50.963	518.607

^{*} Média ponderada dos strikes de calls.

b) *Hedge* de câmbio

A Companhia utiliza contratos de instrumentos financeiros derivativos para *hedge* de dólar norte-americano realizados junto á BM&FBOVESPA tendo um fundo de investimento exclusivo como veículo para a contratação.

Em 31 de dezembro de 2010, não há ativos financeiros vinculados a depósitos de margem. A margem é garantida através de fiança bancária com vencimento em 30 de setembro de 2011.

A posição dos contratos derivativos de câmbio designados e não designados como *cash flow hedge* de dólar americano da Companhia (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

^{**} A taxa de câmbio em 31/12/10 era de R\$1,6662/ US\$1,00.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Saldo final em:	31/12/10	31/12/09
Valor justo ao final do período (R\$)	109	982
Prazo remanescente mais longo (meses)	4	3
Volume protegido para períodos futuros (US\$)	65.000	95.000
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	-	(294)
Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	2010	2009
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em custos e despesas operacionais (R\$)	-	(11.833)
Ganhos (perdas) com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidos em (despesas) receitas financeiras (R\$)	(22.464)	39.207
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidas em despesas financeiras para competências futuras (R\$)	(28.269)	(1.171)
Total de ganhos (perdas) com inefetividade do <i>hedge</i> reconhecidos como (despesas) receitas financeiras (R\$)	(50.733)	38.036
Percentual atual da exposição protegida durante o período	21%	18%
<u>Instrumentos derivativos não designados como hedge</u> : Perdas reconhecidas em despesas financeiras	(7.709)	-

A tabela a seguir demonstra o valor nominal dos derivativos designados para *cash flow hedge* contratados pela Companhia para proteger as despesas futuras denominadas em dólares norte-americanos e a taxa média contratada do derivativo por período de competência em 31 de dezembro de 2010:

Fator de risco de mercado: Taxa de câmbio de dólares americanos

Mercado de bolsa

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	1T11	2T11	Total
Percentual da exposição de fluxo de caixa protegida	10%	2%	6%
Valor nominal em dólar americano	56.000	9.000	65.000
Taxa contratada a futuro	1,9487	2,0250	1,9592
Total em Reais	109.127	18.225	127.348

A posição dos contratos derivativos de câmbio designados como fair value hedge de dólar americano da Companhia (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

Saldo final em:	31/12/2010	31/12/2009
Valor justo ao final do período (R\$)	(6.645)	-
Leasing Financeiro (US\$)	984.264	-
Volume protegido (US\$)	388.750	-
Percentual atual da exposição protegida	39%	-

Exercício encerrado em 31 de dezembro de:	2010	2009
Perda com efetividade do hedge reconhecido em despesas financeiras (R\$)	(15.819)	-
Percentual da exposição protegida durante o exercício	32%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em dezembro de 2010, a Companhia contratou swap cambial (USD x CDI) firmado para proteger uma linha de crédito (capital de giro) contra oscilações do dólar americano. Este derivativo não foi designado para *hedge accounting* por determinação da Administração em virtude de seu vencimento ser de curto prazo.

c) *Hedge* de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não tinha instrumentos financeiros derivativos de juros para se proteger das oscilações destas taxas de juros e não há ativos financeiros vinculados a depósitos de margem para as operações de *hedge*.

A posição dos contratos derivativos de juros designados como *hedge* de juros Libor (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

Saldo final em:	31/12/10	31/12/09
Valor justo ao final do período (R\$)	-	(2.182)
Valor nominal ao final do período (US\$)	-	60.575
Valor nominal ao final do período (R\$)	-	105.474
Perdas com efetividade do <i>hedge</i> reconhecidas no patrimônio líquido, líquido de impostos (R\$)	-	(1.023)

Exercício encerrado em 31 de dezembro:	2010	2009
Perdas com efetividade do $hedge$ reconhecidos em despesas financeiras (R\$)	(1.398)	(2.486)

A posição dos contratos derivativos de juros não designados como *hedge* (em milhares, exceto quando indicado), está apresentada a seguir:

Saldo final em:	31/12/10	31/12/09

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Valor justo ao final do período (R\$) - Valor nominal ao final do período (US\$) - Valor nominal ao final do período (R\$) -	2009	
Valor nominal ao final do período (US\$)	51.365	
Valor justo ao final do período (R\$)	29.500	
	(4.411)	_

Adicionalmente, os resultados da Companhia são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes no Brasil, incidentes sobre as aplicações financeiras, os investimentos de curto prazo, as obrigações em reais, ativos e obrigações indexadas ao dólar. Essas flutuações afetam o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o valor de mercado de títulos pré-fixados em reais, e na remuneração do saldo de caixa e das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2010, o fundo exclusivo da Companhia possui contratos futuros de Depósito Interfinanceiro negociados na BMF&BOVESPA com valor nominal de R\$83.000, com prazo máximo de 18 meses e ganhos no valor justo de R\$179.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros à flutuação do principal fator de risco de cada um considerou os seguintes elementos:

- O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração da Companhia, em linha com o mercado e com o qual foi calculado o valor justo dos instrumentos.
- O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro.
- O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável determinante do valor justo do instrumento financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade para os riscos de mercado e instrumentos financeiros, considerados relevantes pela Administração da Companhia, posição em aberto em 31 de dezembro de 2010 e com base nos cenários acima descritos.

I) Operações com instrumentos derivativos de combustível

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Derivativo de	Queda na curva do preço	US\$ 91,38/bbl	US\$ 68,54/bbl	US\$ 45,69/bbl
Combustível	do WTI (NYMEX)	R\$ 0	-R\$ 29.048	-R\$ 31.069

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia detém contratos de opções de compra (Call) de petróleo tipo West Texas Intermediate ("WTI") que representam valores nocionais de 3.457 mil barris. Esses contratos apresentam vencimentos entre Janeiro e Dezembro de 2011.

O cenário considerado provável pela Administração é de que o preço do petróleo tipo WTI atinja uma média de US\$91,38 por barril, o que resultaria em um valor justo de R\$32.889 para as opções, caso ocorresse a liquidação dos contratos.

Esses instrumentos são registrados em contas redutoras dos custos de combustível, se forem mensurados como efetivos, ou registrados como resultado financeiro, caso sejam mensurados como inefetivos.

No cenário adverso possível para este instrumento, ou seja, redução do preço do petróleo tipo WTI para US\$68,54 por barril, e no cenário adverso remoto, em que o preço possa atingir US\$45,69 por barril, haveria impactos negativos no valor justo de R\$29.048 e R\$31.069, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Controladora (BR GAAP)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Derivativo de	Queda na curva do preço	US\$ 91,38/bbl	US\$ 68,54/bbl	US\$ 45,69/bbl
Combustível	do WTI (NYMEX) -	R\$ 0	(R\$ 6.733)	(R\$ 7.654)

Em 31 de dezembro de 2010, a Controladora detém contratos de opções de compra (Call) de petróleo tipo West Texas Intermediate ("WTI") que representam valores nocionais de 516 mil barris. Esses contratos apresentam vencimentos entre Janeiro e Dezembro de 2011.

No cenário considerado provável pela Administração,o preço do petróleo tipo WTI atinja uma média de US\$91,38 por barril, o valor justo das opções é R\$ 7.665, caso ocorresse a liquidação dos contratos. No cenário adverso possível para este instrumento e no cenário adverso remoto, haveria impactos negativos no valor justo de R\$6.733 e R\$7.654, respectivamente.

II) Operações com instrumentos derivativos de câmbio

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Derivativo de Dólar	Desvalorização do Dólar	R\$ 1,6662/US\$	R\$ 1,2497/US\$	R\$ 0,8331/US\$
	•	R\$ 0	-R\$ 185.997	-R\$ 371.979

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia detém contratos de opções de compra (Call) de dólar no valor nocional de US\$65.000 e com vencimentos entre fevereiro e maio de 2011.

A Administração estima um cenário provável para a taxa de câmbio de R\$1,6662/US\$ e, portanto, os cenários adversos, possível e remoto, são taxas de R\$1,2497 e R\$0,8331, respectivamente. As perdas nos valores justos estimados para estes cenários são de R\$185.997 e R\$371.979, respectivamente.

III) Outros instrumentos financeiros

Consolidado (IFRS e BR GAAP)

Risco	Cenário Provável	Cenário Adverso Possível	Cenário Adverso Remoto
Desvalorização do Dólar	R\$ 1,6662/US\$	R\$ 1,2497/US\$	R\$ 0,8331/US\$
•	R\$ 0	-R\$ 98.537	-R\$ 197.075
Valorização do Dólar	R\$ 1,6662/US\$	R\$ 2,0828/US\$	R\$ 2,4993/US\$
•	R\$ 0	-R\$ 794.010	-R\$ 1.588.019
Valorização do Dólar	R\$ 1,6662/US\$	R\$ 2,0828/US\$	R\$ 2,4993/US\$
•	R\$ 0	-R\$ 695.472	-R\$ 1.390.945
	R\$ 0	R\$ 186.078	R\$ 372.061
	R\$ 0	-R\$ 509.394	-R\$ 1.018.884
	Desvalorização do Dólar Valorização do Dólar	R\$ 1,6662/US\$ R\$ 0	Risco Cenário Provável Possível Desvalorização do Dólar R\$ 1,6662/US\$ R\$ 1,2497/US\$ R\$ 0 -R\$ 98.537 R\$ 1,6662/US\$ R\$ 2,0828/US\$ Valorização do Dólar R\$ 0 -R\$ 794.010 Valorização do Dólar R\$ 1,6662/US\$ R\$ 2,0828/US\$ Valorização do Dólar R\$ 0 -R\$ 695.472 R\$ 0 R\$ 186.078

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia detém ativos e passivos indexados ao dólar, totalizando US\$1.637.320 em exposição cambial, equivalente a R\$2.728.104.

No cenário adverso possível, alta do dólar para R\$ R\$2,0828, haveria um aumento de R\$695.472 na exposição. No cenário remoto de risco, alta do dólar para R\$ R\$2,4993, o aumento seria de R\$1.390.945 na exposição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Parte da dívida está protegida com derivativos; considerando os mesmos cenários, possível e remoto, haveriam ganhos no valor justo dos derivativos de R\$186.078 e R\$372.061 respectivamente.

Em relação aos passivos em moeda nacional, 82% estão indexados a variações da taxa diária do CDI-Cetip e o restante, a TJLP e ao IPCA. Uma vez que o Caixa da Companhia está indexado também ao CDI-Cetip e possui valor superior ao da dívida, a Companhia considera que a análise de sensibilidade deste risco não agrega informação relevante.

Quanto à taxa de juros dos passivos financeiros indexados ao dólar, 86% possui taxa fixa e o restante refere-se a Libor de 3 meses. Nos patamares atuais de Libor, menos de 0,5% a.a., Companhia considera que a análise de sensibilidade deste risco não agrega informação relevante.

<u>IFRS</u>

Além da análise de sensibilidade de acordo com os padrões acima descritos, é realizada também a análise do impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado da Companhia e sobre o seu patrimônio líquido considerando:

- Aumento e queda de 10 pontos percentuais no preço do combustível, mantendo-se constante todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constante todas as demais variáveis;
- Aumento e queda de 10 pontos percentuais na taxa de juros Libor, mantendo-se constante todas as demais variáveis;

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários relevantes aos riscos acima citados e em aberto. Um número positivo indica um aumento no resultado e no patrimônio quando o risco é valorizado em 10%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, com base nos cenários acima descritos:

Combustível:

	Posição em 31 de Dezembro de 2010		Posição em 31 de Dezembro de 200	
Aumento / (redução) no preço de combustível (porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(225,8)	(121,8)	(193,5)	(117,0)
(10)	225,8	139,4	193,5	127,7

Câmbio - Dólar:

	Posição em 31 de Dezembro de 2010		Posição em 31 de Dezembro de 2009	
Valorização / (desvalorização) em dólar US/R\$ (taxa porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(237,0)	(156,4)	(296,1)	(190,5)
(10)	237,0	156,4	296,1	191,7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Taxa de Juros - Libor:

	Posição em 31 de Dezembro de 2010		Posição em 31 de Dezembro de 20	
Aumento / (redução) na Taxa Libor (taxa porcentagem)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)	Efeito no Lucro antes do IR (R\$ milhões)	Efeito no patrimônio líquido (R\$ milhões)
10	(0,05)	(0,0)	(0,3)	(0,2)
(10)	0,05	0,0	0,3	0,2

A sensibilidade da Companhia ao preço do combustível aumentou durante o período corrente em relação ao período anterior, devido ao aumento das atividades operacionais, que impactou a despesa de combustível.

A sensibilidade ao dólar diminuiu com relação ao efeito no lucro e aumentou com relação ao efeito no patrimônio líquido, principalmente devido ao hedge financeiro de parte das dívidas efetuado durante o 2º semestre de 2010.

Em relação à taxa Libor, a sensibilidade diminuiu devido à diminuição da dívida indexada a esta taxa.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia deve fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- a) Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- b) Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

c) Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração:

Instrumento Financeiro	Valor Contábil	Cotações em Mercados Ativos para Ativos Idênticos (Nível 1)	Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2)
Equivalentes de Caixa	1.761.365	-	1.761.365
Aplicações Financeiras	22.606	-	22.606
Caixa Restrito	34.500	-	34.500
Derivativos:			
Petróleo	32.087	-	32.087
Dólar americano	(6.536)	(6.536)	-
	25.551	(6.536)	32.087

Instrumento Financeiro	Valor Contábil	Cotações em Mercados Ativos para Ativos Idênticos (Nível 1)	Outros Fatores Observáveis Significativos (Nível 2)
Equivalentes de Caixa	1.298.146		1.298.146
Aplicações Financeiras	40.444	17.156	23.288
Caixa Restrito	26.084		26.084

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Derivativos:			
Petróleo	18.588	-	18.588
Dólar americano	982	-	982
Juros Libor	(2.182)	-	(2.182)
	17.388	-	17.388

27. Transações que não afetaram o caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia efetuou adiantamentos para aquisição de aeronaves financiados diretamente por empréstimos, que não afetou o saldo de caixa, no montante de R\$292.892 e baixas de R\$508.476, incluídas como imobilizado.

28. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010 a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves e em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, é como segue:

Modalidade Aeronáutico	Em reais	Em dólar	
Garantia – Casco/Guerra	7.438.230	4.464.188	
Responsabilidade Civil por ocorrência/aeronave	2.915.850	1.750.000	
Estoques (base e trânsito)	208.275	125.000	

Por meio da Lei nº 10.744, de 09 de outubro de 2003, o governo brasileiro assumiu compromisso de complementar eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, pelos quais a VRG possa vir a ser exigida, para os montantes que excederem o limite da apólice de seguros vigente em 10 de setembro de 2001, limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares norte-americanos.

29. Eventos Subsequentes

Em 3 de fevereiro de 2011 a BlackRock, Inc. ("BlackRock") alienou ações preferenciais da Companhia e suas participações alcançaram, de forma agregada, 5.188.573 ações preferenciais e 1.191.243 *American Depositary*

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Receipts equivalentes a ações preferenciais ("ADRs"), representando aproximadamente 4,79% das ações preferenciais totais emitidas pela Companhia.

O objetivo das participações societárias é estritamente de investimento, não objetivando alteração do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.